

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2015

SAMARCO



SUMÁRIO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	03
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	06

APRESENTAÇÃO

Em linha com as práticas contábeis brasileiras (BR Gaap), a Samarco Mineração S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, cujo conteúdo foi auditado pela PricewaterhouseCoopers (PwC). Informações sobre nosso desempenho socioambiental e de negócios, assim como informações sobre as ações em andamento para responder aos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão serão publicadas no Relatório Anual de Sustentabilidade (RAS), previsto para o segundo semestre de 2016.

Acesse www.samarco.com e saiba mais sobre a empresa.

***Relatório dos auditores
independentes***



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Samarco Mineração S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Samarco Mineração S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Samarco Mineração S.A. e suas controladas que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Samarco Mineração S.A.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Samarco Mineração S.A. e da Samarco Mineração S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Chamamos a atenção para a Nota 3 às demonstrações financeiras, que descreve os impactos do rompimento da barragem de Fundão, que compreendem:

- (a) as premissas e as bases utilizadas pela Administração para constituição da provisão relacionada à reparação dos danos causados pelo rompimento, bem como a estimativa das obrigações advindas desse fato. Essas premissas e bases foram determinadas com o suporte de consultores externos especializados contratados para tal fim. Os valores que serão efetivamente pagos pela Companhia em relação ao rompimento da barragem poderão diferir daqueles ora estimados pela sua Administração, em função da confirmação das premissas utilizadas e que dependem de diversos fatores que não estão exclusivamente sob o controle da Companhia. Dessa forma, a provisão ora constituída está sujeita a incerteza significativa e os valores efetivos podem ser significativamente diferentes do que aqueles contabilizados em 31 de dezembro de 2015.
- (b) os processos administrativos e judiciais impetrados contra a Companhia, até o momento, bem como as investigações que vêm sendo conduzidas, tanto pelas autoridades competentes no Brasil quanto por consultor externo contratado pela Companhia e por seus acionistas. Embora os assuntos em disputa estejam parcialmente cobertos pelas provisões e estimativas acima, nem sempre o valor das perdas, ou mesmo um intervalo estimado de perdas - prováveis e possíveis - podem ser presentemente estimados devido ao estágio inicial em que se encontram esses processos e investigações e a possíveis novos processos sobre os quais a Companhia ainda não foi citada.

Chamamos também a atenção para a Nota 15 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia é requerida a atender determinadas condições contratuais de empréstimos e financiamentos (índices financeiros dos “*covenants*”) ao final de cada exercício social e a cada trimestre. A Administração entende que em 31 de dezembro de 2015 todas as condições contratuais haviam sido devidamente atendidas. Entretanto, devido aos impactos nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência do rompimento da barragem e da suspensão das atividades do complexo minerário de Germano, a Administração avalia que não irá atender aos índices financeiros dos *covenants* já no primeiro trimestre de 2016 e está avaliando seus contratos de empréstimos e financiamentos pro ativamente, com o objetivo de evitar qualquer efeito material adverso sobre os contratos de empréstimos e financiamentos.



Samarco Mineração S.A.

As demonstrações financeiras foram preparadas pela Administração no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, permitindo a avaliação e apresentação de seus ativos e passivos de acordo com os critérios aplicáveis a empresa em curso normal de operação, e não pelos seus valores de liquidação. Conforme mencionado na Nota 1 às demonstrações financeiras, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, a Companhia teve determinada a suspensão das atividades do complexo minerário de Germano. A incerteza sobre quando a Companhia poderá voltar a operar, bem como aquelas relacionadas aos valores efetivos das obrigações decorrentes desse rompimento, inclusive aqueles derivados dos processos administrativos e judiciais impetrados contra a Companhia e do não atendimento de covenants contratuais, como mencionado acima, suscitam dúvida substancial sobre a continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras da Companhia não incluem quaisquer ajustes em decorrência dessas incertezas.

Nossa opinião não está ressalvada em decorrência desses assuntos.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 8 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2 "S" MG

Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2015

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais – R\$)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.799.138	2.090.026	1.822.801	2.117.649
Aplicações financeiras em caixa restrito	5	82.785	-	82.811	20
Contas a receber	6	362.384	644.192	190.657	637.264
Estoques	7	522.835	459.071	594.716	459.071
Tributos a recuperar	8	249.602	232.424	249.664	232.473
Despesas antecipadas		11.600	9.129	12.282	9.995
Outros ativos	9	132.904	61.727	133.071	59.262
Total do ativo circulante		3.161.248	3.496.569	3.086.002	3.515.734
Não circulante					
Depósitos judiciais	19	1.402.178	706.287	1.402.178	706.287
Tributos a recuperar	8	49.217	53.479	49.222	53.477
Imposto de renda diferido	28	1.373.024	-	1.373.155	-
Outros ativos	9	35.380	36.786	35.475	36.952
		2.859.799	796.552	2.860.030	796.716
Investimentos	10	69.557	46.306	-	-
Imobilizado	12	21.355.934	15.161.586	21.356.302	15.161.940
Intangível	13	121.126	82.717	121.126	82.717
Total do ativo não circulante		24.406.416	16.087.161	24.337.458	16.041.373
Total do ativo		27.567.664	19.583.730	27.423.460	19.557.107

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balço Patrimonial

Em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais – R\$)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Fornecedores	14	118.706	348.779	116.197	347.763
Empréstimos e financiamentos	15	328.243	1.281.371	328.243	1.281.371
Encargos financeiros a pagar	15	108.388	75.301	108.388	75.301
Salários, provisões e contribuições sociais	17	37.101	110.953	37.336	113.547
Tributos a recolher	18	66.747	62.293	66.866	62.380
Provisão para imposto de renda	28	6.571	-	6.657	68
Dividendos	22	-	1.619.936	-	1.619.936
Provisões diversas	20	1.975.145	112.712	1.975.145	112.712
Outros passivos	21	64.701	188.581	21.343	160.254
Total do passivo circulante		2.705.602	3.799.926	2.660.175	3.773.332
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	14.741.919	10.291.321	14.741.919	10.291.321
Encargos financeiros a pagar	15	740	177	740	177
Dividendos	22	2.805.548	-	2.805.548	-
Provisões para contingências	19	139.565	126.678	139.565	126.678
Imposto de renda diferido	28	-	512.771	-	512.742
Provisões diversas	20	8.551.899	367.043	8.551.899	367.043
Outros passivos	21	275.655	172.483	176.878	172.483
Total do passivo não circulante		26.515.326	11.470.473	26.416.549	11.470.444
Patrimônio líquido	22				
Capital social		297.025	297.025	297.025	297.025
Reservas de capital		2.476	2.476	2.476	2.476
Reservas de lucros		-	294.549	-	294.549
Ajustes de avaliação patrimonial		3.589.203	1.615.120	3.589.203	1.615.120
Dividendos adicionais propostos		-	2.104.161	-	2.104.161
Prejuízo acumulado		(5.541.968)	-	(5.541.968)	-
Total do patrimônio líquido		(1.653.264)	4.313.331	(1.653.264)	4.313.331
Total do passivo e do patrimônio líquido		27.567.664	19.583.730	27.423.460	19.557.107

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receitas	23	6.481.508	7.536.864	6.481.508	7.536.864
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(3.603.182)	(3.168.056)	(3.603.182)	(3.168.056)
Lucro bruto		2.878.326	4.368.808	2.878.326	4.368.808
Despesas operacionais					
Vendas	25	(183.512)	(183.007)	(173.767)	(172.927)
Gerais e administrativas	25	(58.374)	(64.394)	(58.374)	(64.394)
Outras despesas operacionais, líquidas	26	(10.861.262)	(696.488)	(10.858.172)	(689.719)
Resultado de equivalência patrimonial	10	10.670	15.767	-	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(8.214.152)	3.440.686	(8.211.987)	3.441.768
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	87.413	185.972	87.547	186.082
Despesas financeiras	27	(738.236)	(441.728)	(738.258)	(441.774)
Variações cambiais líquidas	27	1.130.962	161.663	1.130.692	161.389
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre renda		(7.734.013)	3.346.593	(7.732.006)	3.347.465
Imposto de renda	28	1.897.496	(541.045)	1.895.489	(541.917)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(5.836.517)	2.805.548	(5.836.517)	2.805.548

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais – R\$)

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(5.836.517)	2.805.548
Outros resultados abrangentes		(3.168.056)
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Ajustes de conversão do exercício	1.975.684	500.980
Mensuração de obrigações de benefício pós-emprego	(1.601)	(1.312)
Outros resultados abrangentes para o exercício	1.974.083	499.668
Resultado abrangente total	(3.862.434)	3.305.216

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total				
			Correção monetária especial do imobilizado	Ágio na subscrição de ações	Reservas de incentivos fiscais	Reserva de exaustão incentivada	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldo em 1º de janeiro de 2014		297.025	785	1.681	10	1.517	59.404	233.628	1.115.452	-	2.048.547	3.758.049
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	2.805.548	-	2.805.548
Outros resultados abrangentes												
Ajuste de conversão do exercício, líquido do efeito tributário	22	-	-	-	-	-	-	-	500.980	-	-	500.980
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	22	-	-	-	-	-	-	-	(1.312)	-	-	(1.312)
Resultado abrangente total		-	-	-	-	-	-	-	499.668	-	-	499.668
Reversão de reserva	22	-	-	-	-	-	-	(233.628)	-	233.628	-	-
Constituição de reserva	22	-	-	-	-	-	-	233.628	-	(233.628)	-	-
Destinação do lucro líquido												
Distribuição de dividendos (R\$390,70 por ação ordinária)	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.048.547)	(2.048.547)
Transferência para dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	(701.387)	-	(701.387)
Dividendos mínimos obrigatórios	22	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.104.161)	2.104.161	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014		297.025	785	1.681	10	1.517	59.404	233.628	1.615.120	-	2.104.161	4.313.331
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(5.836.517)	-	(5.836.517)
Outros resultados abrangentes												
Ajuste de conversão do exercício, líquido do efeito tributário	22	-	-	-	-	-	-	-	1.975.684	-	-	1.975.684
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	22	-	-	-	-	-	-	-	(1.601)	-	-	(1.601)
Resultado abrangente total		-	-	-	-	-	-	-	1.974.083	-	-	1.974.083
Destinação de dividendos adicional ao mínimo proposto em 2014	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.104.161)	(2.104.161)
Absorção de prejuízos com reservas		-	-	-	-	(1.517)	(59.404)	(233.628)	-	294.549	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015		297.025	785	1.681	10	-	-	-	3.589.203	(5.541.968)	-	(1.653.264)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre renda		(7.734.013)	3.346.593	(7.732.006)	3.347.465
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos impostos com caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12 e 13	437.416	352.409	437.554	352.615
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	27.896	4.699	27.881	4.631
Constituição (reversão) de provisão para revisão de preços	6	(244.072)	368.738	(244.072)	368.738
Constituição (reversão) de provisão para obsolescência dos estoques	7	(1.821)	2.288	(1.821)	2.288
Constituição de provisão para realização dos impostos a recuperar	8	252.548	247.149	252.548	247.149
Constituição (reversão) de provisão para realização de outros ativos		(2.505)	2.509	(2.505)	2.509
Constituição (reversão) de provisão para contingências	19	13.973	(19.992)	13.973	(19.992)
Constituição de provisão para outros passivos	3	9.979.364	79.775	9.976.928	79.775
Provisão para perda de imobilizado (barragem de Fundão)	12	216.817	-	216.817	-
Perda de ativo imobilizado	12	1.235	13.773	1.235	13.773
Equivalência patrimonial	10	(10.670)	(15.767)	-	-
Juros sobre financiamentos		508.199	319.850	508.199	319.850
Variação cambial - ativos e passivos		689.593	175.635	702.023	175.591
		4.133.960	4.877.659	4.156.754	4.894.392
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Aplicações financeiras em caixa restrito		(82.785)	117.808	(82.791)	117.922
Contas a receber de clientes		497.984	(160.507)	662.798	(153.653)
Estoques		16.918	(105.634)	(54.963)	(105.634)
Tributos a recuperar		(247.191)	(446.989)	(248.592)	(447.022)
Depósitos judiciais		(696.977)	(296.724)	(696.977)	(296.724)
Despesas antecipadas		(2.474)	(4.715)	(2.287)	(5.058)
Outros ativos		(67.266)	(29.930)	(69.827)	(30.962)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(230.073)	58.338	(231.566)	57.249
Impostos a recolher		4.454	(154.361)	4.486	(154.436)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais – R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Salários, provisões e contribuições sociais		(5.928)	1.639	(5.851)	2.166
Imposto de renda pago	28	-	(216.448)	(710)	(217.252)
Pagamento de juros		(488.751)	(295.173)	(488.751)	(295.173)
Outros passivos		(22.305)	358.741	(136.116)	347.141
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.809.566	3.703.704	2.805.607	3.712.956
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	12 e 13	(424.057)	(1.474.847)	(424.057)	(1.474.847)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		123	409	123	409
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(423.934)	(1.474.438)	(423.934)	(1.474.438)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de financiamentos - terceiros		1.563	2.164.385	1.563	2.164.385
Pagamento de financiamentos		(1.760.511)	(911.489)	(1.760.511)	(911.489)
Pagamento de dividendos	22	(918.549)	(1.812.848)	(918.549)	(1.812.848)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.677.497)	(559.952)	(2.677.497)	(559.952)
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		977	2.225	976	2.225
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(290.888)	1.671.539	(294.848)	1.680.791
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.090.026	418.487	2.117.649	436.858
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.799.138	2.090.026	1.822.801	2.117.649
		(290.888)	1.671.539	(294.848)	1.680.791

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Em milhares de Reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	6.638.101	7.601.335	6.638.101	7.601.335
Outras receitas	7.334	5.680	7.334	5.680
Receitas relativas à construção de ativos próprios	477.103	1.639.803	477.113	1.639.803
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(27.896)	(4.699)	(27.881)	(4.631)
	7.094.642	9.242.119	7.094.667	9.242.187
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.745.026)	(4.684.900)	(3.737.396)	(4.679.155)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.624.920)	(229.469)	(10.612.158)	(209.483)
Perda de valores ativos	(132.149)	(1.674)	(132.149)	(1.674)
	(14.502.095)	(4.916.043)	(14.481.703)	(4.890.312)
Valor bruto	(7.407.453)	4.326.076	(7.387.036)	4.351.875
Depreciação e amortização	(437.416)	(352.409)	(437.554)	(352.615)
Valor líquido produzido pela Companhia	(7.844.869)	3.973.667	(7.824.590)	3.999.260
Valor recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	10.670	15.767	-	-
Receitas financeiras	2.490.131	678.114	2.490.205	678.498
	2.500.801	693.881	2.490.205	678.498
Valor total a distribuir	(5.344.068)	4.667.548	(5.334.385)	4.677.758
Distribuição do valor	(5.344.068)	4.667.548	(5.334.385)	4.677.758
Pessoal				
Remuneração direta	253.629	354.827	258.767	361.852
Benefícios	93.217	87.627	95.371	89.305
FGTS	19.760	18.363	19.760	18.363
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(1.886.951)	650.941	(1.884.663)	652.054
Estaduais	(81.105)	(104.340)	(81.233)	(104.541)
Municipais	83.751	50.232	83.751	50.232
Remuneração de capital de terceiros				
Juros (empréstimos, financiamentos e outros)	2.010.148	804.350	2.010.379	804.945
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(5.836.517)	-	(5.836.517)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	701.387	-	701.387
Dividendos adicionais propostos	-	2.104.161	-	2.104.161

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Samarco Mineração S.A. ("Samarco", "Companhia" ou "Controladora"), empresa de capital fechado, é uma joint venture entre a Vale S.A. ("Vale") e a BHP Billiton Brasil Ltda. ("BHP Billiton" ou "BHP") e possui sede em Belo Horizonte – Minas Gerais (MG). A Samarco opera um empreendimento integrado localizado em Germano/Alegria, no município de Mariana, MG, que compreende a lavra, o beneficiamento e a concentração de minério de ferro de baixo teor bem como a movimentação desse minério concentrado por minerodutos, ligando as duas unidades operacionais da Companhia, de Minas Gerais ao Espírito Santo (ES). Na unidade de Ponta Ubu, no município de Anchieta, ES, ocorrem os processos de pelotização – transformação do minério concentrado em pelotas, nosso principal produto, e de escoamento da produção por terminal marítimo próprio (Anchieta, ES). A produção é comercializada, substancialmente, no mercado externo.

As jazidas de propriedade da Samarco estão localizadas nos municípios de Mariana e Ouro Preto, MG, constituindo recursos geológicos da ordem de 7,336 bilhões de toneladas (não auditado). De acordo com o contexto técnico e econômico e considerando o recurso mineral e suas características peculiares, as reservas recuperáveis (ou lavráveis) encontravam-se na ordem de 2,867 bilhões de toneladas (não auditado) até outubro de 2015.

Após o rompimento da barragem de rejeitos Fundão, em Novembro de 2015, e a suspensão temporária das operações nas áreas Germano/Alegria, a Companhia está revendo as reservas da operação. Nestas circunstâncias, a Samarco não está neste momento em posição de informar ou confirmar reservas anteriores em 31 de dezembro de 2015. No entanto, os desenvolvimentos futuros podem fornecer informações adicionais para que uma conclusão diferente possa ser alcançada.

A produção de concentrado do exercício de 2015 foi de 25,366 milhões de toneladas métricas secas (2014 – 26,292 milhões de toneladas métricas secas).

a) Rompimento da barragem de Fundão

Conforme detalhado na Nota 3, em novembro de 2015, como consequência do rompimento da

barragem de rejeitos de Fundão, as operações em Germano/Alegria ("complexo de Mariana"), foram temporariamente suspensas por determinação de órgãos governamentais - SEMAD (Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). A Companhia vem trabalhando para atender exigências legais e sociais das autoridades competentes relacionadas aos impactos socioambientais advindas do rompimento da barragem.

A Administração espera retornar as atividades nos complexos de Mariana e Ouro Preto quando autorizado pelos órgãos competentes, ressaltando que as unidades operacionais tanto em Germano (MG) quanto em Ponta Ubu (ES), embora não tenham sido operacionalmente afetadas ou impedidas de operar, tiveram suas atividades paralisadas devido a estrutura integrada das operações da Companhia.

A partir de informações atualmente disponíveis, a Companhia avaliou, para os próximos períodos, sua capacidade em honrar as obrigações com seus empregados, fornecedores, tributárias e financeiras, incluindo os dispêndios financeiros necessários para reparação e remediação dos impactos causados pelo rompimento da barragem, conforme Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta ("acordo" ou "TTAC") celebrado, em 2 de março de 2016, no bojo da Ação Civil Pública movida pela União e outros, nº0069758-61.2015.4.01.3400, perante a 12ª Vara Federal em Belo Horizonte/MG.

A Administração da Companhia está avaliando seus contratos financeiros pro ativamente, com o objetivo de evitar qualquer efeito material adverso sobre os covenants estabelecidos durante o primeiro trimestre de 2016, como resultado da paralisação das operações, conforme detalhado na Nota 15. Ainda como parte das incertezas existentes como resultado do rompimento da barragem, conforme mencionado na Nota 3 (h), a Companhia é parte em diversos processos administrativos judiciais de naturezas cível, ambiental e trabalhista, para os quais ainda não é possível estimar com segurança os seus resultados finais e suas consequências. Um desfecho razoável dessas incertezas, especialmente o sucesso de quaisquer negociações com os seus credores, bem como a retomada de suas operações,

são fundamentais para a Companhia manter-se em regime de continuidade operacional.

Conforme TTAC, a Samarco, a Vale e a BHP instituirão uma Fundação que desenvolverá e executará programas ambientais e socioeconômicos com a finalidade de reparar e/ou compensar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, ficando a Samarco responsável por prover recursos à Fundação, observadas a cronologia e demais condições previstas em tal instrumento. Caso a Samarco não cumpra com suas obrigações de aportes financeiros na Fundação, a Vale e a BHP serão responsáveis, nos termos do Acordo, por prover tais recursos na proporção de suas participações societárias, correspondentes a 50% (cinquenta por cento) cada.

b) Participações societárias da Companhia

- **Samarco Iron Ore Europe B.V. ("Samarco Europe") - participação direta de 100%** - sediada na Holanda, constituída em 13 de outubro de 2000, com o objetivo de prestar serviços de operações de marketing e vendas de minério de ferro produzido pela Samarco. Adicionalmente efetua suporte aos clientes por meio de seminários técnicos e estudos de mercado.
- **Samarco Asia Ltd. ("Samarco Asia") - participação indireta de 100%** - sediada em Hong Kong, adquirida em 10 de julho de 2001 pela Samarco Europe, com o objetivo de prestar serviços de marketing e vendas por meio de representação comercial na região do Pacífico Asiático.
- **Samarco Finance Ltd. ("Samarco Finance") - participação direta de 100%** - sediada nas Ilhas Cayman, constituída em 21 de fevereiro de 2000, com o objetivo de otimizar as operações de comércio exterior da Companhia, visando promover a exportação (revenda) de minério de ferro adquirido da Companhia para clientes designados e, também, como via de captação de recursos financeiros no mercado internacional para posterior repasse à Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 8 de abril de 2016.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia efetue julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e homologados pelos órgãos reguladores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A demonstração do valor adicionado foi preparada conforme o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, e por ser apenas requerida para companhias abertas, foi apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não houve alterações ou novos pronunciamentos e interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2015 que tiveram impactos relevantes para o Grupo.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência

histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo.

(i) Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica

A provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica é constituída quando da identificação de uma área impactada ou requerimento de reparação de danos cíveis incorridos, que geram uma obrigação presente para a Companhia. Este processo envolve estimativas complexas na determinação do montante de desembolso futuro esperado pela Administração e seus consultores externos, conforme divulgado na Nota 3.

(ii) Imposto de renda

O Imposto de renda (corrente e diferido) é calculado de acordo com interpretações prudentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro a qual é baseada em fluxos de caixa futuros.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável. A Companhia avalia anualmente para os ativos com vida útil definida, a existência de indicadores de *impairment*, e em havendo indicadores a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis, segregados por unidade geradora de caixa, é testada. Usualmente é utilizado o

critério do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

(iv) Reservas minerais e vida útil das minas

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação e das análises de *impairment*.

Após o rompimento da barragem de rejeitos Fundão, em Novembro de 2015 e a suspensão temporária das operações nas áreas Germano / Alegria, A Companhia está revendo recursos e reservas da operação.

(v) Desmobilização dos ativos

A Companhia reconhece obrigação para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem. A referida provisão é apurada considerando o valor presente dos fluxos de caixa necessários para a desmobilização dos ativos. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

(vi) Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no

ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado.

(vii) Provisão para redução de preço

A provisão para redução de preço está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base na volatilidade do mercado de minério de ferro no cenário mundial. Baseado na tendência de queda do preço de minério de ferro, a Administração realizou uma avaliação individual dos contratos de cada cliente e constituiu provisão no montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

2.3 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que incluem as demonstrações financeiras das controladas, foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e os dispositivos legais aplicáveis. Saldos, quaisquer receitas, despesas e lucros não realizados e derivados de transações intragrupos são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

(b) Operações controladas em conjunto

Uma operação controlada em conjunto é um empreendimento conjunto que envolve o uso de ativos e outros recursos dos empreendedores. Cada empreendedor utiliza seus próprios recursos em busca de operações conjuntas. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizadas individualmente nas demonstrações financeiras. A

Companhia possui participação de 49% na Usina Hidrelétrica de Guilman-Amorim, sendo que os 51% restantes da operação conjunta pertencem ao parceiro Arcelor Mittal Brasil S.A..

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo foram mensurados em dólares norte-americanos (US\$) que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que operam, geram e consomem caixa.

(b) Moeda de apresentação

Em atendimento a legislação brasileira, essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos são convertidos, utilizando-se a taxa de fechamento na data do respectivo balanço.
- Contas de resultado, resultado abrangente, demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado pelas taxas das datas das transações.
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação.

As variações cambiais resultantes da conversão acima referida são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Transações e saldos

As operações em moedas diferentes da moeda funcional da Companhia são convertidas para a sua moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados às operações em moedas diferentes da moeda funcional são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na moeda funcional US\$, estão demonstradas a seguir:

Balanco Patrimonial – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	460.803	787.008	466.865	797.410
Aplicações financeiras em caixa restrito	21.205	-	21.211	7
Contas a receber	92.812	242.573	48.829	239.965
Estoques	133.916	172.863	152.322	172.863
Tributos a recuperar	63.932	87.522	63.948	87.537
Despesas antecipadas	2.972	3.438	3.146	3.764
Outros ativos	34.035	23.238	34.075	22.305
Total do ativo circulante	809.675	1.316.642	790.396	1.323.851
Ativo não circulante				
Depósitos judiciais	359.114	265.961	359.114	265.961
Tributos a recuperar	12.606	20.138	12.607	20.139
Imposto de renda diferido	351.679	-	351.712	-
Outros ativos	9.060	13.852	9.089	13.917
	732.459	299.951	732.522	300.017
Investimentos	17.816	17.437	-	-
Imobilizado	5.469.990	5.709.288	5.470.084	5.709.421
Intangível	31.025	31.149	31.025	31.149
Total do ativo não circulante	6.251.290	6.057.825	6.233.631	6.040.587
Total do ativo	7.060.965	7.374.467	7.024.027	7.364.438

Balanco Patrimonial – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Passivo circulante				
Fornecedores	30.411	131.332	29.771	130.951
Empréstimos e financiamentos	84.074	482.516	84.074	482.516
Encargos financeiros a pagar	27.762	28.356	27.762	28.356
Salários, provisões e contribuições sociais	9.517	41.795	9.577	42.772
Tributos a recolher	17.097	23.458	17.128	23.492
Provisão para imposto de renda	1.683	-	1.705	26
Dividendos	-	610.007	-	610.007
Provisões diversas	505.903	42.443	505.903	42.443
Outros passivos	16.580	70.987	5.469	60.313
Total do passivo circulante	693.027	1.430.894	681.389	1.420.876
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	3.775.913	3.875.328	3.775.913	3.875.328
Encargos financeiros a pagar	189	66	189	66
Dividendos	718.597	-	718.597	-
Provisão para contingência	35.753	47.705	35.753	47.705
Imposto de renda diferido	-	193.091	-	193.080
Provisões diversas	2.190.435	138.215	2.190.435	138.215
Outros passivos	70.607	64.953	45.307	64.953
Total do passivo não circulante	6.791.494	4.319.358	6.766.194	4.319.347
Patrimônio líquido				
Capital social	409.774	409.774	409.774	409.774
Reservas de capital	1.619	1.619	1.619	1.619
Reservas de lucros	-	164.485	-	164.485
Ajustes de avaliação patrimonial	(920)	(494)	(920)	(494)
Dividendos adicionais propostos	-	1.048.831	-	1.048.831
Prejuízo acumulado	(834.029)	-	(834.029)	-
Total do patrimônio líquido	(423.556)	1.624.215	(423.556)	1.624.215
Total do passivo e do patrimônio líquido	7.060.965	7.374.467	7.024.027	7.364.438

Demonstração do resultado – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas	2.017.480	3.215.180	2.017.480	3.215.180
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.086.192)	(1.342.334)	(1.086.192)	(1.342.334)
Lucro bruto	931.288	1.872.846	931.288	1.872.846
Despesas operacionais				
Vendas	(58.967)	(79.379)	(55.919)	(74.988)
Gerais e administrativas	(17.654)	(27.405)	(17.655)	(27.405)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.621.442)	(222.873)	(2.623.387)	(223.916)
Resultado de equivalência patrimonial	379	2.909	-	-
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(1.766.396)	1.546.098	(1.765.673)	1.546.537
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	26.166	77.163	26.205	77.209
Despesas financeiras	(204.023)	(181.758)	(204.029)	(181.777)
Variações cambiais, líquidas	370.277	76.946	370.193	76.837
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre renda	(1.573.976)	1.518.449	(1.573.304)	1.518.806
Imposto de renda	575.462	(205.501)	574.790	(205.858)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(998.514)	1.312.948	(998.514)	1.312.948

Demonstração do resultado abrangente – US\$

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(998.514)	1.312.948
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado	-	-
Mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(426)	(494)
Outros resultados abrangentes para o exercício	(426)	(494)
Resultado abrangente total	(998.940)	1.312.454

Demonstração das mutações do patrimônio líquido – US\$

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total	
	Capital social	Correção monetária especial do imobilizado	Ágio na subscrição de ações	Reservas de incentivos fiscais	Reserva de exaustão incentivada	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldo em 1º de janeiro de 2014	409.774	-	1.616	3	935	38.538	57.552	-	-	1.096.165	1.604.583
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.312.948	-	1.312.948
Outros resultados abrangentes											
Mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(494)	-	-	(494)
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	(494)	-	-	(494)
Reversão de reserva	-	-	-	-	-	-	(57.552)	-	57.552	-	-
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-	125.012	-	(125.012)	-	-
Destinação do lucro líquido											
Distribuição de dividendos (US\$196,19 por ação ordinária)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.028.705)	(1.028.705)
Transferência para dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(981.371)	981.371	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(264.117)	-	(264.117)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	409.774	-	1.616	3	935	38.538	125.012	(494)	-	1.048.831	1.624.215
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(998.514)	-	(998.514)
Outros resultados abrangentes											
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(426)	-	-	(426)
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	-	(426)	-	-	(426)
Destinação de dividendos adicional ao mínimo proposto em 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.048.831)	(1.048.831)
Transferência para absorção de prejuízo	-	-	-	-	(935)	(38.538)	(125.012)	-	164.485	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	409.774	-	1.616	3	-	-	-	(920)	(834.029)	-	(423.556)

Demonstração dos fluxos de caixa – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) antes dos impostos sobre renda	(1.573.976)	1.518.449	(1.573.304)	1.518.806
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes dos impostos com caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	221.670	184.564	221.730	184.658
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.517	1.743	6.509	1.713
Constituição (reversão) de provisão para revisão de preços	(106.922)	138.853	(106.922)	138.853
Constituição (reversão) de provisão para obsolescência dos estoques	(1.579)	511	(1.579)	511
Constituição (reversão) de provisão para realização dos impostos a recuperar	(86.130)	42.383	(86.130)	42.383
Constituição (reversão) de provisão para realização de outros ativos	(1.098)	789	(1.098)	789
Reversão de provisão para contingências	(11.672)	(14.954)	(11.672)	(14.954)
Constituição de provisão para outros passivos	2.490.103	16.689	2.490.103	16.689
Constituição de provisão para perda de imobilizado	95.677	-	95.677	-
Perda de ativo imobilizado e intangível	763	7.790	761	7.620
Equivalência patrimonial	(379)	(2.909)	-	-
Juros sobre financiamentos	140.486	132.663	140.486	132.663
Variação cambial – ativos e passivos	(361.924)	(72.174)	(361.946)	(72.170)
	811.536	1.954.397	812.615	1.957.561
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Aplicações financeiras em caixa restrito	(21.204)	50.302	(21.203)	50.352
Contas a receber de clientes	249.962	(17.213)	291.345	(14.654)
Estoques	40.526	(29.259)	22.120	(29.259)
Tributos a recuperar	(124.587)	(219.272)	(124.574)	(219.285)
Depósitos judiciais	(93.153)	(91.087)	(93.153)	(91.087)
Despesas antecipadas	304	(1.532)	455	(1.635)
Outros ativos	(108.479)	(50.112)	(109.413)	(49.012)

CONTINUA >>

CONTINUAÇÃO »

Demonstração dos fluxos de caixa – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(99.928)	7.759	(100.186)	7.342
Impostos a recolher	35.620	(48.870)	35.618	(48.904)
Salários, provisões e contribuições sociais	(1.645)	1.190	(2.561)	1.284
Imposto de renda pago	-	(89.928)	(691)	(90.259)
Pagamento de juros	(139.871)	(125.658)	(139.871)	(125.658)
Outros passivos	(21.901)	138.366	(47.641)	134.861
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	527.180	1.479.083	522.860	1.481.647
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	(78.719)	(599.471)	(78.740)	(599.477)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	32	169	32	169
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(78.687)	(599.302)	(78.708)	(599.308)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de financiamentos - terceiros	531	911.050	531	911.050
Pagamento de financiamentos	(477.919)	(378.374)	(477.919)	(378.374)
Pagamento de dividendos	(297.785)	(805.854)	(297.785)	(805.854)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(775.173)	(273.178)	(775.173)	(273.178)
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	475	1.727	476	1.727
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(326.205)	608.330	(330.545)	610.888
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	787.008	178.678	797.410	186.522
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	460.803	787.008	466.865	797.410
	(326.205)	608.330	(330.545)	610.888

Demonstração do valor adicionado – US\$

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.062.758	3.242.707	2.062.758	3.242.707
Outras receitas	2.288	2.455	2.288	2.455
Receitas relativas à construção de ativos próprios	95.413	666.659	95.415	666.659
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(6.517)	(1.743)	(6.509)	(1.713)
	2.153.942	3.910.078	2.153.952	3.910.108
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.080.735)	(1.922.717)	(1.078.477)	(1.920.266)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.603.127)	(68.782)	(2.602.139)	(64.207)
Perda/recuperação de valores ativos	(66.978)	627	(66.978)	627
	(3.750.840)	(1.990.872)	(3.747.594)	(1.983.846)
Valor bruto	(1.596.898)	1.919.206	(1.593.642)	1.926.262
Depreciação e amortização	(221.670)	(184.564)	(221.730)	(184.658)
Valor líquido produzido pela Companhia	(1.818.568)	1.734.642	(1.815.372)	1.741.604
Valor recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	379	2.909	-	-
Receitas financeiras	781.565	288.244	781.589	288.241
	781.944	291.153	781.589	288.241
Valor total a distribuir	(1.036.624)	2.025.795	(1.033.783)	2.029.845
Distribuição do valor	(1.036.624)	2.025.795	(1.033.783)	2.029.845
Pessoal				
Remuneração direta	73.487	147.325	74.881	150.188
Benefícios	28.231	37.545	28.880	38.268
FGTS	5.908	7.766	5.908	7.766
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(572.604)	254.196	(571.847)	254.656
Estaduais	(186.142)	(89.437)	(186.176)	(89.513)
Municipais	23.819	21.608	23.819	21.609
Remuneração de capital de terceiros				
Juros (empréstimos, financiamentos e outros)	589.191	333.844	589.266	333.923
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(998.514)	-	(998.514)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	264.117	-	264.117
Dividendos adicionais propostos	-	1.048.831	-	1.048.831

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata cujos vencimentos das operações na data efetiva da aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Não incluem caixa restrito por decisão judicial.

2.6 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em caixa restrito, contas a receber, outros ativos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos.

(a) Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não detém instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

(b) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, a cada data de balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros apresenta perda no valor recuperável. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros tem perda no valor recuperável e incorre-se em perda no valor recuperável apenas se existir evidência objetiva de perda no valor

recuperável como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser estimado com segurança.

O montante de perda no valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços, e são inicialmente reconhecidos pelo valor presente, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, quando aplicável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas com valores a receber, com base na avaliação individual dos créditos e da situação financeira de cada cliente, inclusive seu histórico de relacionamento com a Companhia.

A provisão para redução de preço de vendas é constituída com base na volatilidade do mercado de minério de ferro no cenário mundial. Baseado na tendência de queda do preço de minério de ferro. A Administração realiza avaliação individual dos contratos de cada cliente e constitui provisão no montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

2.8 Estoques

São avaliados ao custo médio de compras ou produção, que não excede aos valores de mercado ou de realização.

A Samarco utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

2.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método da

equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras das empresas investidas. As demonstrações financeiras de investimentos sediados no exterior foram elaboradas adotando-se as práticas contábeis compatíveis com as observadas pela Companhia. As controladas possuem a mesma moeda funcional da controladora, o Dólar norte-americano.

2.10 Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e inclui os encargos financeiros capitalizados.

São elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.
- A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual ele está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a Companhia incorre quando o item é adquirido ou são consequência de usá-lo durante determinado período.

A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso. Para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas a depreciação é calculada com base no método das unidades produzidas. Para os restantes a depreciação é calculada com base no método de depreciação e amortização linear considerando os anos descritos na Nota 12.

Os ganhos e as perdas na alienação de um ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, sendo registrados de forma líquida em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais e a vida útil são revisados e ajustados, se necessários, a cada exercício social.

2.11 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente compreendem os direitos de passagem, direitos minerários e softwares e são mensurados no reconhecimento

inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas referentes ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada, conforme Nota 13 e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério

O custo de estéril (custos associados à remoção de estéril e outros resíduos) incorrido durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, é capitalizado como parte do custo depreciável do ativo em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina, baseado nas reservas provadas e prováveis.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério, e serão amortizados ao longo da vida útil da jazida.

2.12 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros de vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos que tem uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. No caso de ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes, por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado do período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados, no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande

parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, dada suspensão das atividades do complexo de Mariana, a partir de novembro de 2015, e ao incremento nos custos esperados com reparação socioambiental e socioeconômica, a Administração efetuou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment), conforme divulgado na nota explicativa 12. Em 2014 a Companhia não identificou indicadores que pudessem resultar em perdas no valor recuperável dos ativos não financeiros.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo desses ativos quando é provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais custos

de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisão para contingências

Obrigações presentes são registradas quando as perdas e desembolsos forem avaliados como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

2.16 Provisões para desmobilização de ativos, recuperação socioambiental e socioeconômica

(a) Obrigações com desmobilização de ativos

Uma obrigação para desmobilização de ativos é reconhecida com base em um plano de desmobilização de ativos detalhado e aprovado. Os gastos para fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades estão registrados como obrigações com desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados a encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo imobilizado, sendo depreciado pelo período de vida útil do ativo.

(b) Recuperação socioambiental e socioeconômica

A provisão socioambiental e socioeconômica é registrada de acordo com as determinações das autoridades competentes, inclusive no âmbito do acordo firmado em 2 de março de 2016 (Notas 1 e 3). A provisão para recuperação ambiental é constituída quando da identificação de uma área impactada que gera uma obrigação para a Companhia. Um passivo para reparação de danos sociais é reconhecido quando da identificação de necessidade de desembolsos futuros decorrentes de eventos passados relativos a danos cíveis.

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados por seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa

contratuais, a taxa de juros explícita, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.18 Imposto de renda

A Companhia calcula o imposto de renda com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, são constituídos créditos tributários diferidos na proporção da probabilidade que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Este é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados e apresentados pelo líquido no balanço caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Companhia possui o benefício da exportação incentivada, o qual se refere à redução do imposto de renda com base na apuração do lucro da exploração de minerais abundantes.

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado, a qual considera inconstitucional a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"); portanto, não tributa e recolhe a referida contribuição, conforme mencionado na Nota 19.

2.19 Benefícios a empregados

(a) Obrigação de aposentadoria

O plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (ValiaPrev) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados quando devidas.

Para a parcela de benefício definido, existente no plano (ValiaPrev), que representa a obrigação construtiva a Companhia realiza o cálculo atuarial. Quando os benefícios do plano são ampliados, a

parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida imediatamente no resultado.

A obrigação de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido, menos o valor justo dos ativos do plano na data do balanço e é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Entretanto, nenhum ativo é reconhecido por não haver previsão no estatuto do plano de reembolso à Companhia ou redução de contribuições futuras.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

(b) Pagamento baseado em ações

A Samarco opera plano de remuneração baseado em ações teóricas o qual é liquidado em caixa. O valor justo do montante a pagar aos empregados em relação ao seu plano de incentivo de longo prazo é reconhecido como uma despesa e um aumento correspondente no passivo. O montante é reavaliado no mínimo uma vez no ano, a cada data de final de exercício e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado.

(c) Assistência médica

A Companhia concede benefícios que envolvem seguro de vida e plano de assistência médica aos empregados e dependentes dos empregados, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

(d) Participação nos resultados

A Companhia, baseada na política de remuneração variável, concede Participação nos Lucros e Resultados ("PLR") aos seus empregados, a qual está vinculada ao alcance de metas, objeto da avaliação dos resultados e de objetivos específicos, estabelecidos e acordados no início de cada ano. A Companhia reconhece uma provisão quando está

contratualmente obrigada ou quando existe uma obrigação presente de corrente de evento passado que criou uma obrigação não formalizada.

2.20 Capital social

A ação ordinária corresponde ao direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores referentes à parcela que excede ao mínimo obrigatório requerido por lei ou estatutariamente são mantidos em conta específica no patrimônio líquido, e somente são provisionados quando da deliberação definitiva que venha a ser tomada pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

2.22 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem custos, despesas e receitas, bem como os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Do resultado, são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda.

(a) Reconhecimento de receita de vendas de produtos

As receitas com vendas de minério são reconhecidas no momento em que ocorre a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados ao produto. Como a parte majoritária das vendas envolvem FOB (Free-on-Board), a receita é reconhecida quando o produto é entregue ao transportador.

A receita é reconhecida na data de saída com base numa estimativa do valor justo da contraprestação a receber. Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor com respeito ao qual a recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecida provisão para ajuste de preço ou perda diretamente como despesa.

(b) Reconhecimento de receitas de serviços

A Companhia vende serviços logísticos no porto de sua propriedade. A receita de serviços é reconhecida quando for provável a existência de benefícios econômicos associados à transação. Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor cuja recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecido como despesa.

(c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.23 Arrendamento mercantil

A Companhia possui operações de arrendamento operacional nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador. Os pagamentos efetuados no âmbito dos arrendamentos operacionais (líquidos de eventuais incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado, pelo método linear, ao longo do período do arrendamento.

2.24 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

. IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"

- Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

. IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito

esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

. IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passar a ter que reconhecer o passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios e reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

Adicionalmente, a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 8, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), foi aprovada em 07 de agosto de 2015, divulgada em 05 de novembro de 2015 e estabelece alterações a diversos pronunciamentos técnicos em decorrência de alterações feitas, entre outras (i) na contabilização de aquisições de participação em operações conjuntas; (ii) em esclarecimentos sobre métodos de depreciação e amortização; (iii) na contabilização de venda ou contribuição de ativos entre investidor e coligada ou empreendimento controlado em conjunto; (iv) na aplicação de exceção na consolidação de entidades de investimento; e (v) na aplicação prática do conceito de materialidade/relevância.

Essas alterações, de maneira geral, introduzem melhorias nos textos visando uma melhor aplicação dos pronunciamentos em alinhamento com as práticas contábeis internacionais. As alterações são para a vigência para os exercícios sociais anuais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2016. A Administração está avaliando o impacto dessas alterações.

Não há outras normas IFRS e interpretações IFRIC que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. EVENTO SIGNIFICATIVO – ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DE FUNDÃO

Em virtude do rompimento da Barragem de rejeitos de Fundão, ocorrido em 05 de novembro

de 2015, a Samarco incorreu em relevantes impactos contábeis, especialmente relacionados a gastos relativos às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos danos materiais, ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem, assim como as baixas de ativos da Companhia.

A Samarco já incorreu em gastos e possui provisões para desembolsos futuros que foram contabilizados e divulgados de acordo com o CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”.

Os impactos contábeis relevantes, advindos do evento significativo, no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado e na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão descritos a seguir:

Balanço Patrimonial

Ativo		2015
Circulante		
Aplicações financeiras em caixa restrito	(a)	82.785
Outros ativos (Adiantamento a fornecedores)	(b)	7.848
Total ativo circulante		90.633
Não circulante		
Depósitos Judiciais	(c)	302.858
Imposto de renda diferido	(d)	2.555.405
Imobilizado	(e)	(216.817)
Total ativo não circulante		2.641.446
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	(f)	(51.392)
Provisões diversas	(g)	(1.949.964)
Total passivo circulante		(2.001.356)
Não circulante		
Provisões para contingências		-
Provisões diversas	(g)	(8.054.838)
Total passivo não circulante		(8.054.838)
Ativo líquido		(7.324.115)

Demonstração do Resultado

		2015
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(i)	(197.515)
Lucro bruto		(197.515)
Despesas operacionais		
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(j)	(9.833.189)
Despesas com recuperação socioambiental e socioeconômica	(j)	(144.350)
Provisão para perda de ativo imobilizado	(j)	(216.817)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(10.391.871)
Resultado financeiro		-
Prejuízo antes dos impostos sobre renda		(10.391.871)
Imposto de renda	(d)	2.555.405
Prejuízo do exercício		(7.836.466)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

		2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos sobre renda		(10.391.871)
Ajustes para reconciliar o prejuízo com caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Constituição de provisão para outros passivos	(g)	10.004.802
Provisão para perda de ativos	(e)	216.817
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Aplicações financeiras em caixa restrito	(a)	(82.785)
Depósitos judiciais	(c)	(302.858)
Outros ativos	(b)	(7.848)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(f)	51.392
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(512.351)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(512.351)

Termo de Compromisso Preliminar (TCP) - Constituição de Garantia Emergencial

Em 16 de novembro de 2015, a Samarco e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público Federal assinaram um Termo de Compromisso Preliminar ("TCP") com o objetivo de estabelecimento pela Samarco de um

"fundo caução socioambiental" no valor total de R\$1.000.000, o qual será exclusivamente destinado ao custeio de medidas de prevenção, contenção, mitigação, reparação e compensação dos danos socioambientais ou socioeconômicos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão da Samarco.

Conforme o TCP assinado, a Samarco constituiu um fundo em conta remunerada específica no montante de R\$500.000 e apresentou garantias no valor de R\$500.000.

Os recursos do fundo deveriam permanecer sob a gestão da Samarco, fiscalizados pelo Ministério Público e auditados por empresa externa independente. Entretanto, o montante de R\$500.000, destinado a esse fundo e que estava depositado em conta específica, foi objeto de transferência compulsória para uma conta de depósito judicial vinculada a uma contingência tributária, na qual se discute a base de cálculo da CFEM, não relacionada ao rompimento da barragem de Fundão. Essa transferência partiu de uma decisão judicial proferida em 11 de dezembro de 2015 nos autos de execução fiscal em tramite na 26ª vara da justiça federal de MG. A Administração da Samarco está trabalhando em conjunto com seus assessores jurídicos com o intuito de liberar esses recursos para que sejam devolvidos ao fundo e destinados para reparação socioambiental conforme o TCP assinado.

O processo tributário relacionado à CFEM encontra-se detalhado na Nota 19(b).

(a) Aplicações financeiras em caixa restrito

Em 4 de dezembro de 2015, a Samarco, junto ao Ministério Público do Trabalho, assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o objetivo de não promover a dispensa coletiva de seus empregados até 1 de março de 2016, constituindo uma aplicação financeira de R\$77.816, valor que seria suficiente para garantir o pagamento dos salários, benefícios e obrigações acessórias devidas a seus empregados até o período citado. Até a presente data, considerando as circunstâncias, a Companhia está avaliando as possibilidades relativas à mão de obra especialmente dentro do contexto atual de suspensão de suas atividades e a retomada de suas operações.

O valor de R\$77.816 acima mencionado também foi objeto de bloqueio na decisão judicial sobre a execução fiscal da contingência da CFEM, citada no tópico acima relativo ao Termo de Compromisso Preliminar. Dado que o montante referido não se encontra disponível para utilização imediata em 31 de dezembro de 2015, foi classificado como "aplicação financeira em caixa restrito" no balanço patrimonial.

Os demais valores classificados na rubrica de "Aplicações financeiras em caixa restrito" referem-se a outros bloqueios judiciais associados a processos diretamente ligados ao rompimento da barragem de Fundão.

(b) Outros ativos

Adiantamento a fornecedor no montante de R\$7.848 relativa ao contrato de manutenção e reparação das barragens de Germano e Santarém, que foram parcialmente afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão.

(c) Depósitos judiciais

Por determinação judicial, a Samarco teve o bloqueio de suas contas correntes no montante de R\$302.858 posteriormente transferido para uma conta de depósito judicial relacionado ao processo movido pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais e relacionado ao rompimento da barragem.

(d) Imposto de renda diferido

Os impactos contábeis decorrentes do rompimento da barragem foram considerados diferenças temporárias para fins fiscais, sendo assim, a Companhia constituiu imposto de renda diferido ativo decorrente desses valores, conforme demonstrado a seguir:

	Base de cálculo	Imposto de Renda
Provisão para baixa de ativo imobilizado	216.817	54.204
Provisões diversas	10.004.802	2.501.201
		2.555.405

(e) Imobilizado

Baixa de ativos imobilizados

A Samarco registrou provisão para perda, no montante de R\$216.817, referente ao valor residual dos itens do ativo imobilizado relacionados à Barragem de Fundão, conforme abaixo:

	Custo	Depreciação	Valor Líquido
Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos) - Barragem de Fundão	166.260	(28.678)	137.582
Bens em construção – Gastos com elaboração de Projeto e preparação para alteamento da Barragem de Fundão	79.235	-	79.235
	245.495	(28.678)	216.817

Impairment

A Companhia identificou indicadores de ativos que poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e realizou teste de impairment conforme descrito na Nota 12.

(f) Fornecedores

Refere-se aos valores a pagar, no valor de R\$51.392, relacionados aos gastos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão.

(g) Provisões diversas

Em 02 de março de 2016, a Samarco, em conjunto com seus acionistas BHP Billiton Brasil Ltda. e Vale S.A., firmou Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, nos autos da Ação Civil Pública movida pela União e outros, nº0069758-61.2015.4.01.3400, em curso perante a 12ª Vara Federal em Belo Horizonte/MG, no sentido de estabelecer os programas, que compreendem medidas e ações para reparações e compensações socioambientais e socioeconômicas decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

Importante notar que figuram como partes do referido Termo, além da Companhia e de seus acionistas: (i) no âmbito federal, a União, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ("ICMBio"), a Agência Nacional de Águas ("ANA"), o Departamento Nacional de Produção Mineral ("DNPM") e a Fundação Nacional do Índio ("FUNAI"); (ii) no âmbito de Minas Gerais, o Estado de Minas Gerais, o Instituto Estadual de Florestas ("IEF"), o Instituto Mineiro de Gestão de Águas ("IGAM") e a Fundação Estadual de Meio Ambiente ("FEAM"); e (iii) no âmbito do Espírito Santo, o Estado do Espírito Santo, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos ("IEMA"), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo ("IDAF") e a Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo ("AGERH").

A própria extensão do TTAC revela a amplitude do seu alcance, contendo 41 (quarenta e um) programas, sendo que, desses: (i) 23 (vinte e três) de natureza socioeconômica; e (ii) 18 (dezoito) de natureza socioambiental. Vale ressaltar que permeando tais programas, medidas de cunhos reparatório e compensatório serão implementadas.

O referido instrumento é estruturado de forma que autoridades públicas competentes poderão opinar, avaliar, e aprovar os projetos desenvolvidos dentro dos programas, e supervisionarão a execução de todos os programas, por meio de um Comitê

Interfederativo. Além disso, foram concebidas figuras de experts e painéis técnicos consultivos a fim de resolver controvérsias técnicas de forma científica, embasada e, principalmente, célere.

O TTAC prevê a constituição de uma fundação de direito privado para implementar todas essas medidas cuja gestão estará sujeita a auditoria independente.

O prazo do acordo é de 15 anos, renovável por períodos de um ano, sucessivamente, até que todas as obrigações previstas no TTAC sejam cumpridas.

A Samarco irá prover recursos para a Fundação com contribuições, conforme abaixo (ano calendário):

- R\$2.000.000 em 2016, menos o montante já gasto, ou alocado para, as ações de reparação e compensação;
- R\$1.200.000 em 2017;
- R\$1.200.000 em 2018.

De 2019 a 2021, as contribuições anuais à Fundação serão de valor suficiente para cobrir a previsão de execução dos projetos de reparação e compensação para cada exercício, sendo que os valores anuais de referência para essas contribuições serão de R\$800.000 a R\$1.600.000.

A partir da assinatura do TTAC, a Fundação alocará um montante anual de R\$240.000, por um período de 15 anos, para a execução de projetos de compensação. Esses montantes anuais já estão incluídos nos valores contidos das contribuições informados para os seis primeiros anos (2016 – 2021). Adicionalmente, uma contribuição de R\$500.000 será destinada a um programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos em determinadas áreas. De 2022 em diante, os valores a serem aportados na Fundação serão baseados no planejamento dos programas aprovados. O TTAC não especificou um valor mínimo ou máximo neste período.

Baseado no descrito acima, a Administração, assessorada por consultores externos e especialistas, vem elaborando estudos e planos de ação para a reparação e remediação futuros de danos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da barragem, assim como a execução de programas compensatórios conforme estabelecido no TTAC. Em 31 de dezembro de 2015, foi registrada provisão baseada em informações atuais existentes incluindo a tecnologia disponível e preços correntes, para desembolsos futuros relacionados à obrigação presente que foi gerada pelo rompimento da barragem de Fundão. A extensão, o escopo completo, assim

como a temporalidade e o custo dos programas de reparação e remediação futuros estão sujeitos a um elevado grau de incerteza porque dependem da conclusão dos estudos dos especialistas, da elaboração dos planos de ações e também do resultado dos julgamentos das demandas judiciais.

A provisão constituída foi descontada a valor presente utilizando a taxa livre de risco de 7,185% ao ano, está baseada em título de 10 anos do Brasil no mercado internacional com data de referência 31 de dezembro de 2015 obtido na Bloomberg (GTUSDBR10Y) e considerando o fluxo de desembolso esperado nos próximos 15 anos até 31 de dezembro de 2030.

Provisão para:		Total
Ações emergenciais e migratórias	(g.1)	304.831
Programas reparatórios	(g.2)	5.920.148
Programas compensatórios	(g.3)	3.296.438
Outras ações não contempladas no acordo	(g.4)	483.385
		10.004.802
Passivo circulante		1.949.964
Passivo não circulante		8.054.838

Conforme evolução das ações e conhecimento dos impactos, mudanças nas premissas chave podem resultar em futuras alterações substanciais nos valores provisionados em publicações futuras, destacando:

- Método de remoção dos rejeitos remanescentes nos rios: a remoção dos rejeitos remanescentes nas planícies de inundação, das margens de rios desde Santarém até o início da barragem da UHE de Candonga (Risoleta Neves) será mecânica, com utilização de equipamentos típicos de terraplenagem, sem o uso de dragagem. Esse método considera custo de remoção orçado por metro cúbico e custo de transporte do rejeito por quilômetro:
- Considerando áreas de preservação ambiental e acomodação natural do rejeito, o volume estimado de retirada dos rejeitos no Rio Doce foi de 50%.
- Método de remoção dos rejeitos remanescentes na barragem da UHE de Candonga: a remoção dos rejeitos remanescentes na barragem será

efetuada por dragagem, sendo este executado em duas fases:

. Fase 1: Remoção de 0,8 milhões de m³ depositados em Candonga que liberará a UHE para retomada de operação; e

. Fase 2: Remoção de 6,4 milhões de m³ de dragagem complementar onde o cenário de remoção de 50% dos rejeitos foi adotado no cálculo apresentado.

- Custos de reparação da UHE de Candonga pela diminuição de vida útil ou para retomada da operação.

(g.1) *Ações emergenciais e migratórias*: compreendem os custos das ações que a Samarco vem adotando desde a data do rompimento da barragem, no sentido de mitigar os impactos causados às famílias e municípios impactados, e que estão contemplados no TTAC. Dentro desse grupo destacam-se as acomodações provisórias das pessoas em hotéis e pousadas; transferência das famílias para moradias alugadas e mobiliadas pela Samarco até a disponibilização das moradias definitivas; reparação ou reconstrução das instalações de abastecimento de água; abastecimento com água potável e mineral às comunidades impactadas que tiveram comprometidos os sistemas de abastecimento; aquisição de equipamentos de segurança e material de apoio para o trabalho dos bombeiros, defesa civil, exército, polícia civil e militar; consultorias ambientais; monitoramento e avaliações da qualidade da água do Rio Doce de caráter emergencial; instalação de Barreiras de Contenção da pluma no litoral do Espírito Santo; etc.

(g.2) *Programas reparatórios*: compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem, relacionados no TTAC, cujos principais programas são: levantamento e cadastro dos impactados; proteção e melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas; preservação da memória histórica, cultural e artística; comunicação, participação, diálogo e controle social; reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga; assistência aos animais; preservação da memória histórica, cultural e artística; auxílio financeiro emergencial aos impactados; revegetação e recuperação ambiental; conservação

da biodiversidade aquática; manejo dos rejeitos decorrentes considerando conformação e estabilização in situ, escavação, dragagem, transporte, tratamento e disposição; melhoria dos sistemas de abastecimento de água.

(g.3) Programas compensatórios: compreendem medidas e ações que visam compensar impactos não mitigáveis ou reparáveis advindos do rompimento da barragem, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, nos termos dos programas, relacionados no TTAC, cujos principais são: apoio à pesquisa para desenvolvimento e utilização de tecnologias socioeconômicas aplicadas à remediação dos impactos; recuperação e diversificação da economia regional com incentivo à indústria; estímulo à contratação local; recuperação de áreas de preservação permanente (APP); recuperação de nascentes; fortalecimento das estruturas de triagem e reintrodução da fauna silvestre; coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduo sólido; educação ambiental e preparação para emergências ambientais. O total que deverá ser desembolsado para os programas e iniciativas dessa natureza é de R\$4.100.000 composto de R\$240.000 por ano, por um período de 15 (quinze) anos a partir de 2016. Adicionalmente, a quantia de R\$500.000 será disponibilizada exclusivamente para o programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos.

(g.4) Outras ações não contempladas no acordo: compreendem outros desembolsos necessários para o cumprimento de ações derivadas do rompimento da barragem de Fundão, mas que não foram classificadas nos programas do TTAC.

(h) Contingências

A Companhia foi citada em processos administrativos judiciais de natureza cível, ambientais e trabalhistas, oriundos de desdobramentos do rompimento da barragem de Fundão. Esses processos ajuizados por indivíduos, empresas privadas, organizações não governamentais e entidades públicas e governamentais buscam reparação, remediação e indenização para os impactos ambientais, sociais, impactos e perdas materiais e de vidas além de compensação aos municípios impactados.

Conforme definido no TTAC, o objeto de diversas ações ajuizadas contra a Samarco está abrangido pelo mesmo. Nesse sentido, para as ações que tenham como objeto qualquer obrigação prevista no TTAC, deverá se buscar a sua extinção por resolução do mérito ou reunião de ações ajuizadas. Dessa

forma, conforme mencionado no item (g) acima, os valores de perda estimados no contexto das ações abrangidas pelo TTAC foram incluídos como parte das provisões diversas destinadas à reparação e compensação dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

A Companhia foi autuada pelos órgãos ambientais, como o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos naturais) devido aos impactos ambientais referentes ao lançamento de resíduos sólidos e líquidos (rejeito de mineração) nas águas do Rio Doce, além da SEMAD (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e SUCFIS (Secretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada) por causar poluição e degradação ambiental resultando em dano aos recursos hídricos aos quais foi apresentada a defesa tempestivamente e a Samarco está aguardando a resposta do órgão. Os autos de infração totalizam R\$432.356 e a expectativa de perda é possível.

Em relação à Ação Civil Pública nº 0043356-50.2015.8.13.0400, movida pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, apesar de não ter sido prevista no TTAC, seu objeto será esgotado quando do atendimento das obrigações ajustadas no referido TTAC.

Adicionalmente, a Administração considerou outras ações, classificadas como de perdas possíveis e/ou prováveis, que se encontram em estágios iniciais dos processos e trazem consigo significativas incertezas decorrentes de sobreposição de pedidos e com o TTAC, definição dos valores envolvidos, lapso temporal indenizatório, novas demandas, e acordos judiciais e extrajudiciais. Vale destacar também os processos e reivindicações os quais a Companhia não foi ainda citada e que também poderão resultar em desembolsos futuros.

Até novos fatos se apresentarem e as incertezas mencionadas resolvidas, não é possível estimar ou mensurar de forma confiável quaisquer outros passivos deles decorrentes ou seus impactos nos desembolsos da Companhia. Portanto, não foi registrada provisão para tais itens. Apenas com o decorrer do tempo e o desenvolvimento natural das discussões e maturidade dos processos, com novos acordos celebrados e/ou decisões judiciais, será possível entender a real proporção dos impactos e a exposição da Companhia. Tais itens podem ocasionar impactos significativos nos montantes provisionados e poderão resultar em novos ajustes das provisões atuais e/ou no reconhecimento inicial de novas provisões para desembolsos que atualmente não puderam ser previstos e/ou mensurados.

(i) Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

A Companhia incorreu em custos para manutenção e reparação de instalações afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos. Até 31 de dezembro de 2015, foram gastos R\$25.902 com serviços de terceiros, materiais de construção, combustíveis, dentre outros. O valor total foi registrado como capacidade ociosa nos meses de novembro e dezembro de 2015.

Adicionalmente, a Samarco constituiu provisão no valor de R\$171.613 para reforçar as instalações da Companhia que foram afetadas após o rompimento da barragem de Fundão.

(j) Outras despesas operacionaisPerda de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2015, a Samarco reconheceu provisão para perda dos ativos imobilizados relacionados à Barragem de Fundão no montante líquido de R\$216.817.

Despesas para reparação ambiental e social

A composição das despesas relacionadas às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos impactos ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem de Fundão, incorridas e provisionadas em 2015, encontram-se demonstradas abaixo:

	2015	
	Incorridas	Provisionadas
Ações emergenciais e migratórias	90.184	304.831
Programas reparatórios	34.483	5.920.148
Programas compensatórios	-	3.296.438
Ações não contempladas no acordo	19.683	311.772
	144.350	9.833.189

A descrição da natureza de cada uma das despesas incluídas no quadro acima, estão detalhadas na nota 3(g).

(k) Investigações

A Companhia, em conjunto com seus acionistas, contrataram investigação externa com objetivo de identificar as causas do rompimento da barragem de Fundão; adicionalmente, foram instaurados inquéritos pela Polícia Federal e da Polícia Civil. Todas essas investigações ainda estão sendo conduzidas. Embora os assuntos em disputa estejam parcialmente cobertos pelas provisões e estimativas acima, o valor das perdas, ou mesmo um intervalo estimado de perdas - prováveis e possíveis - não podem ser presentemente estimados.

(l) Seguros

A Companhia está em negociação com as seguradoras contratadas para o recebimento das apólices de risco operacional, responsabilidade civil geral e riscos de engenharia, em virtude do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão. Qualquer pagamento de indenizações dependerá da definição de cobertura para o rompimento da barragem e

avaliação do montante da perda. Dado o estágio inicial do processo de negociação de todas as apólices de seguro e sua cobertura ainda por ser acordada, não foi registrado qualquer ativo a receber de seguro na data de 31 de dezembro de 2015.

(m) Compromissos

Após o rompimento da Barragem de rejeitos de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015, a Companhia utilizou a cláusula de força maior dos contratos de longo prazo com os fornecedores e prestadores de serviços para a suspensão das obrigações contratuais, com exceção do contrato de energia elétrica.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa e bancos				
No país	734	-	734	-
No exterior	(a) -	1.417.868	1.410	1.425.829
Aplicações financeiras				
No Exterior (Time Deposit / MMDA / MMF / SWEEP)	(b) 1.798.321	664.776	1.820.574	684.438
No país	(c) 83	7.382	83	7.382
	1.799.138	2.090.026	1.822.801	2.117.649

(a) Contas correntes denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior.

(b) Time Deposit, MMDA (Money Market Deposit Account), MMF (Money Market Fund), Sweep Account e Overnight são aplicações financeiras de curto prazo denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior, cujos rendimentos se baseiam em taxas de títulos do governo norte-americano ("US Treasuries") e de "overnight" ("Fed Fund rate").

(c) Aplicações financeiras com liquidez imediata pactuadas com instituições financeiras nacionais. Valor vinculado a conta corrente com remuneração variando de 10% a 100% da Selic, conforme período de investimento. As referidas aplicações financeiras são registradas ao valor de mercado, conforme atualização periódica informada pelas instituições financeiras.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM CAIXA RESTRITO

A composição do saldo das aplicações financeiras, em caixa restrito, encontra-se detalhada abaixo:

Aplicações financeiras	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa restrito	82.785	-	82.811	20
	82.785	-	82.811	20

O saldo encontra-se restrito por determinação judicial em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão (Nota 3(a)).

6. CONTAS A RECEBER

A composição do saldo das contas a receber encontra-se detalhada a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Cientes no país		6.519	3.332	6.519	3.332
Cientes no exterior	(a)	513.641	1.014.812	341.934	1.007.919
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	(b)	(33.110)	(5.214)	(33.130)	(5.249)
Provisão de redução do preço	(c)	(124.666)	(368.738)	(124.666)	(368.738)
		362.384	644.192	190.657	637.264

(a) Do saldo consolidado de R\$341.934 a receber de clientes no exterior em 2015 (R\$1.007.919 em 2014), R\$78.025 estão garantidos por carta de crédito ou seguro (R\$414.817 em 2014). O saldo restante foi liberado por meio da análise de crédito de cada cliente, objetivando mitigar riscos de não recebimento.

(b) As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de R\$33.110 em 2015, na controladora e R\$33.130 no consolidado (R\$5.214 e de R\$5.249 em 2014, respectivamente), são constituídas por meio da análise individual dos clientes, considerando as faturas vencidas há mais de 60 dias.

(c) Conforme descrito na Nota 2.23 (a), a receita é reconhecida na data da saída (vendas na modalidade FOB) com base numa estimativa do valor justo da contraprestação a receber. Devido à queda de preço do minério no mercado internacional, foi necessária a constituição de provisão de redução de preço.

A composição do saldo das contas a receber, classificadas por vencimento, encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer	450.239	994.906	278.512	995.226
Vencidos até 30 dias	36.057	15.528	36.057	8.306
Vencidos de 31 a 60 dias	754	2.343	754	2.470
Vencidos de 61 a 90 dias	24.721	22	24.742	22
Vencidos a mais de 90 dias	8.389	5.345	8.388	5.227
	520.160	1.018.144	348.453	1.011.251

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo das contas a receber no valor de R\$36.811, na Controladora e no Consolidado (R\$18.024 e de R\$10.776 em 2014, respectivamente), estavam vencidas, mas não impaired. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não tem histórico recente de inadimplência.

7. ESTOQUES

A composição e a movimentação do saldo dos estoques encontram-se detalhada a seguir:

(a) Composição	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Produtos acabados	13.689	25.427	85.570	25.427
Produtos em elaboração	25.541	69.182	25.541	69.182
Insumos	136.936	92.889	136.936	92.889
Materiais de consumo e manutenção	354.085	268.403	354.085	268.403
Provisão para perda de materiais	(7.416)	(9.237)	(7.416)	(9.237)
Adiantamentos a fornecedores	-	12.407	-	12.407
	522.835	459.071	594.716	459.071

(b) Movimentação	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Movimentação produtos acabados				
Saldo em 31 de dezembro	25.427	25.136	25.427	25.136
Adições	2.757.261	2.899.939	3.511.741	3.156.078
Baixas por venda	(2.758.608)	(2.903.987)	(3.459.734)	(3.160.126)
Adição (baixa) por ajuste de inventário	(8.913)	4.160	(8.913)	4.160
Adiantamento a Fornecedor	-	-	7.068	-
Conversão	(1.478)	179	9.981	179
Saldo em 31 de dezembro	13.689	25.427	85.570	25.427

A Companhia avaliou os seus estoques em 31 de dezembro de 2015, e concluiu que os mesmos não excedem aos valores de realização.

Em 2015, a Administração revisou os critérios de obsolescência dos estoques e identificou o consumo de determinados itens de almoxarifado que eram considerados como obsoletos. Conseqüentemente, houve redução da provisão para perda de materiais em R\$1.821.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição do saldo de tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
ICMS – Minas Gerais (MG)	(a)	76.202	85.358	76.202	85.358
ICMS – Espírito Santo (ES)	(b)	1.504.880	1.252.332	1.504.880	1.252.332
Provisão para perdas sobre ICMS - ES	(b)	(1.504.880)	(1.252.332)	(1.504.880)	(1.252.332)
PIS e COFINS	(c)	114.484	129.018	114.484	129.018
Imposto de renda a recuperar	(d)	97.464	68.957	97.464	68.957
IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras		8.912	102	8.912	102
Outros		1.757	2.468	1.824	2.515
Total		298.819	285.903	298.886	285.950
Ativo circulante		249.602	232.424	249.664	232.473
Ativo não circulante		49.217	53.479	49.222	53.477

(a) Referem-se principalmente a créditos na aquisição de ativo imobilizado.

(b) Referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado, insumos, materiais e outros. Tendo em vista o histórico de não realização dos créditos de ICMS com o Estado do Espírito Santo, a Companhia constituiu provisão para perdas de 100% sobre tais créditos.

(c) Os créditos de PIS e de COFINS referem-se principalmente à aquisição de materiais, insumos, energia elétrica e à aquisição de ativo imobilizado, cuja apropriação ocorre em 48 meses pela razão de 1/12 por mês. A realização desses créditos ocorre mensalmente por meio da sua compensação com outros tributos federais, em especial o IRPJ a pagar.

(d) Imposto de renda a recuperar referente a estimativas mensais recolhidas a maior.

9. OUTROS ATIVOS

		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Seguros a recuperar		44	5.510	44	5.510
Valor a receber de energia elétrica	(a)	70.377	45.958	70.377	42.737
Consórcio UHE Guilman-Amorim		2.947	2.704	2.947	2.704
Adiantamentos a empregados		6.972	7.422	7.065	7.446
Adiantamento a fornecedores	(b)	51.933	-	51.933	-
Outros		631	133	705	865
Circulante		132.904	61.727	133.071	59.262
COHESA	(c)	16.856	16.601	16.856	16.601
(-) AVP COHESA	(c)	(1.288)	(572)	(1.288)	(572)
Valores a recuperar de seguro		13.725	13.726	13.725	13.726
Adiantamento a empregados		4.719	5.662	4.814	5.828
Outros		1.368	1.369	1.368	1.369
Não circulante		35.380	36.786	35.475	36.952

(a) Refere-se à venda de excedentes de energia elétrica adquiridas para o processo produtivo, porém não utilizadas.

(b) Adiantamentos a fornecedores:

(b.1) Pagamento antecipado a fornecedor no montante de R\$7.848 relacionado a serviços de reforço estrutural/geo-técnico, para atendimento do nível mínimo exigido por lei para estabilidade das barragens de Germano e Santarém, não gerando aumento na capacidade ou vida útil.

(b.2) Pagamento antecipado de R\$44.085, à Vale pelo arrendamento parcial dos direitos minerários de "Conta História Norte" e "Alegria" (áreas de exploração minerária). A Vale é responsável pela manutenção integral dos direitos até a data de averbação do arrendamento, pela autoridade competente.

(c) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial coletivos, praticados pela Companhia.

10. INVESTIMENTOS

A Companhia registrou resultado positivo de equivalência patrimonial em suas controladas de R\$10.670 em 2015 (R\$15.797 em 2014). A Companhia não recebeu dividendos provenientes de investimentos em controladas e nenhuma das investidas tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

2015	Participação	Quantidade de ações ou quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivos	Receita	Custos e despesas	Resultado do exercício
Samarco Finance Ltd.	100%	50.000	208.292	-	208.292	187.328	20.964	208.292	1.090.793	(1.087.679)	3.114
Samarco Iron Ore Europe B.V	100%	180	48.253	4.302	52.555	3.962	48.593	52.555	27.448	(19.892)	7.556
		Total	256.545	4.302	260.847	191.290	69.557	260.847	1.118.241	(1.107.571)	10.670

2014	Participação	Quantidade de ações ou quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivos	Receita	Custos e despesas	Resultado do exercício
Samarco Finance Ltd.	100%	50.000	190.472	-	190.472	170.536	19.936	190.472	2.287.956	(2.278.188)	9.768
Samarco Iron Ore Europe B.V	100%	180	31.151	2.761	33.912	7.542	26.370	33.912	28.568	(22.569)	5.999
		Total	221.623	2.761	224.384	178.078	46.306	224.384	2.316.524	(2.300.757)	15.767

11. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

	Acionistas		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	BHP Billiton	Vale	Samarco Finance	Samarco Europe	2015	2014	2015	2014	
Ativo circulante									
Contas a receber	(a)	-	91	187.125	-	187.216	170.704	91	153
Estoques	(b)	-	41	-	-	41	65.938	41	65.938
Outros ativos (Nota 9 (b.2))		-	44.085	-	615	44.700	2.365	44.085	-
Passivo circulante									
Fornecedores (Nota 14)		-	-	-	2.560	2.560	34.798	-	34.798
Outros passivos (comissões a pagar)		-	-	-	44.099	44.099	28.993	-	-
Dividendos (Nota 22)		-	-	-	-	-	1.619.936	-	1.619.936
Direitos Minerários (Nota 20)		-	-	-	-	-	70.208	-	70.208
Passivo não circulante									
Dividendos (Nota 22)		1.402.774	1.402.774	-	-	2.805.548	-	2.805.548	-
Direitos Minerários (Nota 20)	(c)	-	112.222	-	-	112.222	-	112.222	-
Demonstração do resultado									
Receitas	(a)	-	-	1.090.793	-	1.090.793	2.287.956	-	-
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(b)	-	(209.478)	-	-	(209.478)	(370.267)	(209.478)	(370.267)
Despesas gerais e administrativas		-	(78.756)	-	-	(78.756)	(115.408)	(78.756)	(115.408)
Despesas com vendas		-	-	-	(27.462)	(27.462)	(28.566)	-	-
Despesas financeiras		-	-	-	-	-	(22.096)	-	(11.286)

(a) O saldo de contas a receber e receitas da controlada Samarco Finance refere-se à venda de minério de ferro, adquirido da Controladora e vendido no mercado externo a terceiros.

(b) Deste montante, R\$212.748 (R\$375.346 em 2014), refere-se à compra de finos de minério de ferro, direto do acionista Vale, para utilização no processo produtivo. O montante de R\$3.270 (R\$5.079 em 2014), em favor da Samarco, refere-se ao valor cobrado pela Samarco da Vale pela disposição de rejeitos na barragem de Fundão. O valor demonstrado na linha "Estoques" refere-se aos minérios comprados ainda não consumidos no processo produtivo.

(c) A Companhia celebrou em novembro de 1989, com a Vale, um contrato de transferência de direitos minerários para exploração de jazidas de minério de ferro. O contrato rege que a Vale cedeu e transferiu à Samarco direitos de exploração sobre duas reservas minerais.

O valor do contrato observou o pagamento dos direitos minerários: (i) Pagamento único efetuado no montante de R\$19.972, e (ii) Pagamentos variáveis correspondentes a 4% sobre o valor bruto dos dividendos pagos pela Samarco aos seus acionistas até a exaustão das reservas.

O preço pactuado no contrato não é fixo, sendo estabelecido como um percentual sobre os dividendos brutos pagos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 os pagamentos totalizaram R\$36.742 (R\$72.513 em 2014).

A Samarco é patrocinadora da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – ValiaPrev, que assegura aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Oficial Básica. O detalhamento deste plano pode ser observado na Nota 16.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da administração estão apresentados a seguir:

	2015	2014
Remuneração (i)	26.671	23.515
Plano de assistência médica	112	105
Previdência privada	1.459	1.333
Seguro de vida	153	146
	28.395	25.099

(i) Inclui ordenados, salários, participação nos lucros, bônus e indenização.

São consideradas pessoas chave da Administração os membros da diretoria e os gerentes gerais.

12. IMOBILIZADO

A Companhia fez vários investimentos ao longo do ano de 2015 com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva e a produtividade de suas plantas industriais, garantir a melhoria e a continuidade operacional, repor equipamentos das unidades industriais e garantir o desenvolvimento sustentável, atendendo às normas, às políticas e à legislação referentes a meio ambiente, saúde e segurança.

A composição do saldo das contas de ativo imobilizado encontra-se detalhada abaixo:

		Consolidado								Contro- ladora	
		Terrenos	Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	Mineroduto e sistemas correlatos	Descomis-sionamento de planta	Equipamento de processa- mento eletrônico de dados e móveis e utensílios	Embarcações e veículos	Ferramentas, bens de rodízio e bens de massa	Bens em construção	Total	Total
Custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2014		38.713	10.743.247	6.016.433	67.088	140.278	218.425	147.131	1.656.508	19.027.823	19.026.694
Adições	(a)	-	-	-	-	-	-	-	406.277	406.277	406.277
Provisão baixa (Barragem Fundão)	(b)	-	(166.260)	-	-	-	-	-	(79.235)	(245.495)	(245.495)
Transferências – entradas	(c)	1.438	570.512	164.434	202.322	7.915	151.451	9.966	-	1.108.038	1.108.003
Transferências – saídas	(c)	-	-	-	-	-	-	-	(1.108.038)	(1.108.038)	(1.108.003)
Alienações		-	(2.114)	(170)	-	(766)	(147)	(479)	-	(3.676)	(3.676)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(d)	20.189	5.522.475	2.947.064	68.797	70.209	179.119	75.768	(72.945)	8.810.676	8.810.035
Saldo em 31 de dezembro de 2015		60.340	16.667.860	9.127.761	338.207	217.636	548.848	232.386	802.567	27.995.605	27.993.835
Depreciação acumulada											
Saldo em 31 de dezembro de 2014		-	(2.649.059)	(1.018.807)	(7.749)	(65.881)	(93.413)	(30.974)	-	(3.865.883)	(3.865.108)
Depreciação		-	(254.681)	(129.945)	(6.006)	(13.378)	(17.620)	(5.566)	-	(427.196)	(427.058)
Provisão baixa (Barragem Fundão)	(b)	-	28.678	-	-	-	-	-	-	28.678	28.678
Alienações		-	1.427	94	-	590	32	175	-	2.318	2.318
Efeito das variações das taxas de câmbio	(d)	-	(1.598.982)	(641.928)	(5.293)	(45.840)	(63.968)	(21.209)	-	(2.377.220)	(2.376.731)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		-	(4.472.617)	(1.790.586)	(19.048)	(124.509)	(174.969)	(57.574)	-	(6.639.303)	(6.637.901)
Saldo											
Em 31 de dezembro de 2014		38.713	8.094.188	4.997.626	59.339	74.397	125.012	116.157	1.656.508	15.161.940	15.161.586
Em 31 de dezembro de 2015		60.340	12.195.243	7.337.175	319.159	93.127	373.879	174.812	802.567	21.356.302	21.355.934

(a) Das adições, cabe destacar os principais projetos em 31 de dezembro de 2015:

	Data de início	Data final	2015	2014
Alteamento das barragens de Germano e Fundão para El. 940m - fase 2	2015	2016	51.263	-
Nova área de descarregamento de insumos do beneficiamento	2014	2016	36.600	1.610
Projeto Quarta Pelotização	2011	2016	31.437	664.003
Ampliação da capacidade da Filtragem 1	2015	2015	20.896	-
Substituição de frota	2014	2016	10.932	149.364
Sobressalentes Germano/ Ubu	2014	2016	11.476	49.249
Reforma e ampliação do restaurante de Germano	2013	2016	11.930	4.448
Efluentes industriais e água em Ubu 2793	2014	2016	12.281	868
Automatizar as operações de estocagem e embarque	2014	2016	12.192	4.052
Rede básica de Germano	2010	2015	9.114	22.347
Terrenos	2014	2016	5.865	22.305
Oficina de equipamentos móveis da mina	2011	2015	108	18.037
Estruturas metálicas para alinhamento do conjunto rotativo	2014	2015	183	11.701
Impermeabilização da bacia de polpa	2013	2015	75	10.246
Alteamento de barragem	2013	2014	-	6.899
Wind Fence nos pátios de pelotas	2011	2014	-	655
Sistemas de Gestão TI 2013 - aquisições software/licenciamentos	2013	2015	740	3.220
Outros			191.185	408.042
Total			406.277	1.377.046

(b) Provisão para perda de ativos imobilizados associados ao rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão, conforme descrito na Nota 3(e).

(c) Os investimentos em ativo imobilizado e intangível são registrados na rubrica Bens em Construção. Uma vez que tais investimentos são concluídos e é iniciada sua operação, é realizada a capitalização (transferência) dos bens para as respectivas contas de imobilizado e intangível, obedecendo à natureza contábil de cada bem.

(d) O efeito das variações da taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Real).

12.1 Análise do valor recuperável (impairment)

Em decorrência da suspensão das operações da Companhia em Mariana, como consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, a Samarco identificou indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e efetuou teste de "impairment" no exercício.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) vida útil estimada das minas da Samarco; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período correspondente a vida útil estimada; (iii) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC); (iv) projeções de mercado em relação às taxas de câmbio (Real/Dólar Americano); (v) projeções de mercado em relação à cotação do preço da pelota de minério de ferro (BF e DR).

As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC de 11,3%; taxa média de inflação de 6,5% em 2016, alcançando 4,2% no longo prazo; taxa de câmbio média para 2016 de R\$4,08, alcançando R\$5,04 no longo o prazo; preço médio da pelota BF e DR, conforme índice Platts projetado por analistas de mercado e referências internacionais de frete marítimo.

Na avaliação da recuperabilidade dos ativos não financeiros de longo prazo, com base nos fluxos de caixa projetados, realizada para 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou a necessidade de constituir provisão para impairment de ativos.

12.2 Valor residual

A Companhia adota como política estender ao máximo a vida útil de seus ativos, por meio da realização de manutenções preventivas e corretivas. Tais políticas permitem manter seus ativos em perfeito funcionamento e produzindo por longos períodos de tempo até que efetivamente se tornem obsoletos ou sucateados. Portanto não há expectativa de recuperação de valores na venda de ativos imobilizados, ou que seus valores residuais aproximam-se de zero.

12.3 Bens em garantia

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía bens dados em garantia para lastrear processos

judiciais. Esses bens estão registrados como ativo Imobilizado e compreendem máquinas e equipamentos, embarcações e sistemas correlatos cujo valor contábil líquido é de R\$438.178 (R\$64.954 em 2014). Para 2015 houve incremento de garantia relacionada ao contrato com o BNDES.

Adicionalmente, a Samarco apresentou para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais bens móveis em garantia no total de R\$500.000, em razão do TPC assinado em 16 de novembro de 2015 (Nota 3).

12.4 Vida útil

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Companhia concluiu, no decorrer do ano de 2015, estudos referentes à revisão da vida útil dos ativos imobilizados. Não ocorreram alterações no uso esperado do ativo, que é avaliado com base na capacidade ou na produção física esperada do mesmo. Portanto, em 2015, não ocorreram mudanças nos padrões de uso dos itens do ativo imobilizado da Samarco, ou seja, a vida útil está compatível com o benefício esperado de seu complexo industrial.

Segue abaixo resumo da descrição das contas que compõem o ativo imobilizado, assim como a vida útil por natureza contábil dos bens, utilizada para calcular a depreciação, com base no método das unidades produzidas para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas e o método linear de depreciação para os restantes:

Item	Descrição das contas	2015		2014	
		Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação	Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação
Edifícios	Prédios, galpões, guaritas, pavimentações e benfeitorias de obras civis.	34	10 a 50	34	10 a 50
Máquinas e equipamentos	Forno, discos de pelotização, ship loader, carregadeiras, precipitadores, moinhos de bolas, carros de grelha e outros afins.	20	10 a 50	20	10 a 50
Mineroduto e sistemas correlatos	Tubulação para o transporte de minério e instalações industriais, tais como, transportadores de correia, cabeamento e outros.	18	20 a 43	18	20 a 43
Descomissionamento de planta	Obrigações ambientais de descontinuidade do mineroduto e instalações industriais de Germano e Ubu.	43	43	43	43
Equipamentos de processamento de dados	Microcomputadores, impressoras, monitores, notebooks, servidores, interfaces ópticas, coletores, switch, hub, patch painel, racks etc.	4	5	4	5
Móveis e utensílios	Cadeiras, mesas, armários, e outros mobiliários afins.	8	10	8	10
Embarcações	Barcos, balsas, lanchas e dragas.	16	9 a 24	16	9 a 24
Veículos	Automóveis, caminhões, empilhadeiras, guindastes, tratores, carregadeiras.	10	4 a 25	10	4 a 25
Ferramentas	Chaves de impacto, multímetros, taquímetros, microscópicos e outros aparelhos de pequeno porte.	12	10 a 25	12	10 a 25
Bens de rodízio	Partes e peças de máquinas e equipamentos e instalações industriais.	20	10 a 27	20	10 a 27
Bens de massa	Disjuntores, capacitores, bombas hidráulicas e outros bens de pequeno porte.	20	5 a 24	20	5 a 24

13. INTANGÍVEL

A composição do ativo intangível encontra-se detalhada abaixo:

	Controladora e Consolidado							Total
	Direito de passagem	Direitos minerários	Outros direitos	Remoção de estéril	Sistemas aplicativos Softwares	Bens em Construção		
Custo								
Saldo em 31 de dezembro de 2014		16.261	33.593	1.531	16.094	104.874	14.690	187.043
Adições	(a)	-	-	-	-	-	17.780	17.780
Transferências – entradas		4.738	-	-	1.079	8.523	-	14.340
Transferências - saídas		-	-	-	-	-	(14.340)	(14.340)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(b)	11.988	15.794	718	8.273	54.426	(1.846)	89.353
Saldo em 31 de dezembro de 2015		32.987	49.387	2.249	25.446	167.823	16.284	294.176
Amortização acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2014		(3.722)	(22.339)	(1.531)	(521)	(76.213)	-	(104.326)
Amortização do período	(c)	(232)	(164)	-	(2.426)	(7.536)	-	(10.358)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(b)	(2.025)	(10.770)	(718)	(1.846)	(43.007)	-	(58.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(5.979)	(33.273)	(2.249)	(4.793)	(126.756)	-	(173.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		12.539	11.254	-	15.573	28.661	14.690	82.717
Saldo em 31 de dezembro de 2015		27.008	16.114	-	20.653	41.067	16.284	121.126

(a) Os investimentos e os gastos relativos ao intangível são registrados na rubrica Bens em construção no ativo imobilizado. Uma vez que tais investimentos são concluídos e é iniciada sua operação, é realizada a capitalização (transferência) desses bens para as respectivas contas de intangível, obedecendo à natureza contábil de cada bem.

(b) O efeito das variações da taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Real).

(c) Para os direitos de passagem e direitos minerários a amortização do intangível é calculada segundo expectativa de vida útil das minas de minério de ferro de propriedade da Companhia. Para os demais é aplicado o método linear.

13.1 Vida útil

Segue abaixo resumo da descrição das contas que compõem o ativo intangível, assim como a vida útil por natureza contábil:

Item	Descrição das contas	2015		2014	
		Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação	Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação
Direitos de passagem	Direitos adquiridos para utilização da faixa de servidão do solo, para a passagem dos minerodutos.	43	43	43	43
Direitos minerários	Direitos minerários para exploração de jazidas de minério de ferro.	43	43	43	43
Outros direitos	Direito de uso do oleoduto.	14	15	14	15
Remoção de estéril	Custos de remoção de estéril, incorridos em mina de superfície durante a fase de produção da mina.	14	14	14	14
Sistemas aplicativos software	Softwares e licenças.	5	5	5	5

13.2 Pesquisa e desenvolvimento

A Companhia efetuou desembolso referente a gastos com pesquisas e desenvolvimento no montante de R\$107.156 (R\$104.570 em 2014); os mesmos foram reconhecidos como outras despesas operacionais, líquidas.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Mercado interno	110.609	302.704	110.623	302.719
Mercado externo	5.537	11.277	5.574	10.246
Partes relacionadas (Nota 11)	2.560	34.798	-	34.798
	118.706	348.779	116.197	347.763

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são instrumentos utilizados pela Companhia para financiar seus projetos e iniciativas de longo prazo. As operações de

empréstimos e financiamentos possuem, de forma geral, prazo superior a 1 (um) ano e são captadas majoritariamente em Dólar norte-americano:

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total 2015	Total 2014	Total 2015	Total 2014
Operações no exterior	304.528	14.602.851	14.907.379	11.402.579	14.907.379	11.402.579
Operações no país	23.715	139.068	162.783	170.113	162.783	170.113
Total	328.243	14.741.919	15.070.162	11.572.692	15.070.162	11.572.692
Circulante	328.243	-	328.243	1.281.371	328.243	1.281.371
Não circulante	-	14.741.919	14.741.919	10.291.321	14.741.919	10.291.321

No exercício de 2015, não ocorreram novas captações relevantes de recursos.

O contrato de financiamento celebrado com o BNDES em outubro de 2014, no valor total de R\$201.000, ainda não foi desembolsado (possui carência de até 2 anos). A operação é sujeita a juros fixos pagos trimestralmente durante o referido prazo de carência

e mensalmente após a mesma. Cabe ressaltar que a Companhia está discutindo a continuidade deste contrato.

Em 31 de dezembro de 2015, a provisão de juros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, que representavam 98,9% do total dos empréstimos e financiamentos (98,5% em 2014), se apresentava como segue:

	2015		2014	
	Valor de principal	Provisão de juros	Valor de principal	Provisão de juros
0% a 2 %	4.138.452	20.023	4.549.043	13.883
2% a 3%	2.244.915	2.882	1.062.240	1.859
3% a 4%	-	-	-	-
Acima de 4%	8.524.012	83.485	5.791.296	56.785
	14.907.379	106.390	11.402.579	72.527

Em 31 de dezembro de 2015, os juros sobre os empréstimos e financiamentos em moeda local, que representavam 1,1% (1,5% em 2014) do total dos empréstimos e financiamentos se apresentava como segue:

	2015		2014	
	Valor de principal	Provisão de juros	Valor de principal	Provisão de juros
3% a 4%	150.933	199	159.226	1.010
Acima de 4%	11.850	2.539	10.887	1.941
	162.783	2.738	170.113	2.951

O custo médio da dívida total, considerando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e moeda local, é de 3,5% aa (3,2% aa em 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de empréstimos e financiamentos apresentavam vencimentos como segue:

	Controladora e Consolidado									
	Total	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Empréstimos e financiamentos	15.070.162	328.243	324.315	4.259.519	511.487	511.487	187.439	4.091.639	2.912.086	1.943.947

O valor justo dos passivos financeiros relacionados aos empréstimos e financiamentos, cujos saldos contábeis são mensurados ao custo amortizado, é calculado conforme a seguir:

- (i) o valor justo das operações de bonds é obtido pela cotação do título no mercado secundário (utilizado o valor de fechamento, informado pela Bloomberg);
- (ii) para as operações de empréstimo na modalidade PPE – Pré Pagamento de

Exportação, Finame e mútuos que não possuem divulgação em mercado secundário de dívida ou para as quais o referido mercado não apresenta liquidez suficiente, foi utilizado como referência a cotação do Bonds 2022 no mercado secundário e a taxa Libor válida para 6 meses, vigentes em 31 de dezembro de 2015.

Apresentação dos valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos abaixo:

	2015		2014	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Bonds	8.607.497	2.884.835	5.848.081	5.402.821
EPPs (export pre payments)	6.406.272	4.041.601	5.627.025	4.181.817
Outros	165.521	89.024	173.064	146.607
	15.179.290	7.015.460	11.648.170	9.731.245

Garantias e obrigações dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de natureza de longo prazo da Companhia são garantidos por notas promissórias e, em sua maior parte, vinculados aos recebíveis de exportação previamente definidos.

Determinados empréstimos e financiamentos possuem cláusulas contratuais de observância de alguns condicionantes financeiros (financial covenants). Alguns destes financial covenants estabelecem que o índice de endividamento Net Debt/ EBITDA da Companhia deve estar limitado a 4:1. A Companhia utiliza um EBITDA ajustado como base de cálculo dos financial covenants, este em consonância com as definições incluídas nos diversos contratos vigentes com os credores. Para tal critério são excluídos ganhos e perdas extraordinárias não caixa, tais como

provisões, a fim de refletir no EBITDA a expectativa de geração de caixa, portanto avaliando a solidez e liquidez financeira da Companhia e sua capacidade de pagar toda a dívida num determinado período de tempo. A determinação dos ajustes feitos nos índices financeiros reflete a melhor interpretação da Administração sobre as cláusulas contratuais. O não atendimento dos financial covenants nos períodos de apuração (em bases trimestrais para determinados contratos de empréstimos e financiamentos), pode vir a provocar o vencimento antecipado de obrigações com os credores. A Administração avalia que não irá atender aos índices financeiros estabelecidos nos financial covenants já no primeiro trimestre de 2016 e está avaliando seus contratos de empréstimo e financiamentos pro ativamente, com o objetivo de evitar qualquer efeito material adverso sobre os contratos de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as definições dos contratos de empréstimos e financiamentos e com a melhor interpretação da Administração, este índice atingiu 3,0 vezes, conforme detalhado abaixo:

EBITDA (valores em milhares de US\$)	Endividamento líquido/ EBITDA	
	2015	2014
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(1.765.673)	1.546.537
Outras despesas operacionais, líquidas	72.112	8.199
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	6.509	1.713
Outras despesas (receitas) operacionais, não caixa	2.576.250	32.772
Depreciação e amortização	221.730	184.658
(a) EBITDA	1.110.928	1.773.879
(b) Endividamento líquido	3.393.122	3.560.434
Endividamento líquido/ EBITDA (b / a)	3,05	2,01

Segundo os fatos e circunstâncias sobre os quais a Administração têm conhecimento, incluindo: (i) o memorando da assessoria especializada estrangeira, e (ii) o estágio atual dos procedimentos investigatórios do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015, entendemos que todas as cláusulas restritivas estabelecidas por contratos de empréstimos e financiamentos, e outros acordos, estão devidamente atendidas em 31 de dezembro de 2015, não tendo ocorrido fatos ou eventos que possam ser caracterizados como não atendimento das referidas cláusulas ("default").

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

16.1 Benefícios de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (ValiaPrev), caracterizada por ser uma entidade multipatrocinada, com multipiano, administrando planos de benefícios com independência patrimonial e assegurando aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Oficial Básica. O plano oferecido é de contribuição definida e engloba os seguintes benefícios:

- » Renda de aposentadoria normal
- » Renda de aposentadoria antecipada
- » Suplementação da aposentadoria por invalidez
- » Suplementação de pensão por morte
- » Renda de pensão por morte
- » Renda de benefício diferido por desligamento
- » Suplementação de abono anual
- » Renda de abono anual
- » Resgate

(a) Plano de aposentadoria de contribuição definida

Para custeio do plano são realizadas contribuições ordinárias em valor exatamente igual ao do participante, limitadas a 9% na parcela do salário-de-participação excedente a 10 unidades referenciais do plano, e ainda contribuições para garantir os benefícios de risco (invalidez e morte em atividade e abono anual) e para o custeio administrativo do plano.

No exercício de 2015 a Companhia efetuou contribuições para o plano de contribuição definida no montante de R\$12.497 (R\$10.715 em 2014).

(b) Parcela de benefício definido do plano de aposentadoria.

Os custos e obrigações relacionadas aos benefícios de aposentadoria oferecidos aos seus empregados ao se aposentarem, são registrados com base em laudo de avaliação atuarial específico.

O laudo de avaliação atuarial apurou os benefícios de aposentadoria considerando as definições constantes nos regulamentos, no que diz respeito às elegibilidades, fórmulas de benefício e formas de reajuste.

O laudo atuarial avaliou a parcela de benefício definido, existente no plano, que representa a obrigação construtiva referente às suplementações de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e de abono anual, denominadas Plano de Risco, e a renda de aposentadoria.

1 – Mudança no valor presente das obrigações

	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	24.729	19.611
Custo do serviço corrente	1.369	1.467
Juros sobre obrigação atuarial	2.723	2.309
(Ganhos)/perdas atuariais – experiência	4.138	3.357
(Ganhos)/perdas atuariais – premissas demográficas	(2.557)	(3.622)
(Ganhos)/perdas atuariais – hipótese financeira	(3.954)	2.803
Benefícios pagos pelo plano	(1.694)	(1.196)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	24.754	24.729

2 – Mudança no valor justo dos ativos

	2015	2014
Valor justo dos ativos no início do exercício	47.870	34.558
Retorno real dos investimentos	6.376	11.896
Contribuições pagas pela Companhia	2.809	2.612
Benefícios pagos pelo plano	(1.694)	(1.196)
Valor justo dos ativos no final do exercício	55.361	47.870

3 – Mudança no superávit irrecuperável

	2015	2014
Superávit irrecuperável no final do exercício anterior	23.141	14.947
Juros sobre o superávit irrecuperável	2.607	1.800
Mudança no superávit irrecuperável durante o período	4.859	6.394
Superávit irrecuperável no final do exercício corrente	30.607	23.141

4 – Custos do benefício definido

4.1 – Resultado do exercício	2015	2014
Custo do serviço corrente da Companhia	1.369	1.467
Juros líquido sobre o passivo/(ativo) líquido	(162)	(167)
Custo do benefício definido no resultado	1.207	1.300

4.2 – Outros resultados abrangentes (ORA)	2015	2014
(Ganhos)/Perdas atuariais de evolução do passivo	4.138	3.357
(Ganhos)/Perdas atuariais de alterações de hipótese	(6.511)	(820)
(Ganhos)/Perdas atuariais que surgiram no período	(2.373)	2.537
Rendimentos sobre ativos do plano (maior)/menor que taxa de desconto	(885)	(7.619)
Mudança no superávit irrecuperável	4.859	6.394
Remensuração dos efeitos em outros resultados abrangentes	1.601	1.312

4.3 – Custo do benefício definido	2015	2014
Custo do serviço corrente	1.369	1.467
Juros líquido sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	(162)	(167)
Remuneração dos efeitos reconhecidos em ORA	1.602	1.312
Custo do benefício definido	2.809	2.612

5 – Movimentação do passivo/ativo líquido

5.1 – (Passivo)/ativo líquido	2015	2014
Valor presente da obrigação (VPO)	(24.754)	(24.729)
Valor justo dos ativos	55.361	47.870
(Passivo)/ativo líquido total a ser reconhecido	30.607	23.141

5.2 – Reconciliação do (passivo)/ativo líquido total	2015	2014
(Passivo)/ativo líquido total no início do exercício		
Custo do Serviço	(1.369)	(1.467)
Juros líquido sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	162	167
Remuneração dos efeitos reconhecidos em ORA	(1.602)	(1.312)
Contribuições pagas pela Companhia	2.809	2.612
(Passivo)/ativo líquido total no final do exercício	-	-

6 – Custo estimado do benefício definido para 2016

Custo do serviço corrente	558
Juros líquido sobre passivo (ativo) líquido	(185)
Custo a ser reconhecido no resultado	373

7 – Fluxo de caixa esperado para 2016

Contribuições da Companhia	3.012
Benefícios pagos pelo plano	1.828

8 – Premissas atuariais

	2015	2014
Econômicas		
Taxa de desconto	6,94% ao ano	5,77% ao ano
Taxa de crescimento salarial	7,10% ao ano	7,30% ao ano
Inflação	5,00% ao ano	5,20% ao ano
Crescimento de benefícios	5,00% ao ano	5,20% ao ano
Retorno de ativos de longo prazo	12,29% ao ano	11,27% ao ano
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (H)	AT-1983 (H)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 (H)	AT-1983 (H)
Tábua de entrada em invalidez	RGPS 1992-2002 0,55	Zimmerman 0,45
Tábua de rotatividade	3% até 55 anos	Nula
Idade de aposentadoria	Primeira idade com direito a um dos benefícios	Primeira idade com direito a um dos benefícios
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

9 - Sumário de dados dos participantes

	2015	2014
Empregados ativos e autopatrocinados		
Número	3.001	2.959
Idade média	37,55	37,22
Tempo médio de serviço (anos)	9,29	9,04
Média salarial anual	67.361	65.219
Participantes com benefício assistido		
Número	78	67
Média salarial anual	25.732	16.364

10 – Os ativos do plano são administrados como segue:

Ativos por categoria	2015	2014
Renda fixa	384.351	306.812
Renda variável	69.798	61.611
Empréstimos	50.306	54.952
	504.455	423.375

16.2 Outros benefícios a empregados

A Companhia oferece ainda outros benefícios a empregados, tais como o plano de assistência médica de autogestão e coparticipativo (referente a despesas realizadas), que se estende aos dependentes dos empregados, denominado Assistência Médica Supletiva (AMS). Esse plano concede aos beneficiários os serviços

de assistência à saúde nos procedimentos ambulatorial, hospitalar, odontológico e farmácia, sendo assegurado por Acordo Coletivo de Trabalho e do qual a Companhia assume integralmente a taxa administrativa. As despesas com outros benefícios foram reconhecidas no resultado conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Remuneração e encargos	(347.472)	(337.529)	(355.391)	(344.462)
Encargos previdenciários	(67.397)	(67.062)	(67.397)	(67.062)
Benefícios de plano de aposentadoria	(13.522)	(12.568)	(13.739)	(12.779)
Vale-alimentação	(25.017)	(23.041)	(25.017)	(23.041)
Assistência médica	(20.700)	(17.244)	(20.750)	(17.299)
Outros	(15.893)	(22.305)	(17.840)	(23.689)
	(490.001)	(479.749)	(500.134)	(488.332)

16.3 Pagamentos baseados em ações

Em 2011, foi implantado o plano de incentivo de longo prazo (ILP), com o intuito de atrair, reter e compartilhar o crescimento da Samarco com seus executivos.

A cota de ações teóricas (phantom stocks) concedidas ao participante baseia-se em uma fórmula que leva em conta um múltiplo do salário anual de dado participante, calculado conforme o regulamento do plano. As ações teóricas tornam-se exercíveis no terceiro aniversário da data de concessão. A Companhia pode, a qualquer momento, alterar os respectivos regulamentos, suspender ou encerrar o plano.

As ações teóricas são extintas quando o participante se desliga da Companhia, seja por iniciativa desta ou do participante. Se um participante for demitido por justa causa, se aposentar, falecer ou se tornar permanentemente incapacitado, em determinadas condições suas opções teóricas poderão tornar-se

exercíveis proporcionalmente ao período entre a data de concessão e data de rescisão de seu contrato de trabalho. O Comitê de Remuneração determina, a seu exclusivo critério, os direitos dos executivos e profissionais-chave com relação às suas ações teóricas em caso de demissão por motivo não previsto no regulamento do plano de ações teóricas de longo prazo. Adicionalmente, o Comitê de Remuneração poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, alterar o regulamento, suspender ou rescindir o plano de ações teóricas de longo prazo.

O valor justo na data de concessão das ações teóricas foi calculado com base em amostragem Monte Carlo. A volatilidade prevista é estimada por meio da consideração da volatilidade do preço médio histórico das ações de nosso acionista Vale no mercado, considerando um prazo de três anos.

Os dados usados no cálculo dos valores justos do plano com base em participação acionária são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Valor das ações	0	94,61
Valor de exercício	-	-
Volatilidade prevista (volatilidade média ponderada)	0%	8,4%
Dividendos previstos	0%	0%
Taxa de juros sem riscos (com base em títulos do governo)	5,000%	5,000%

Em decorrência do resultado dos cálculos dos valores das ações, conforme acima demonstrado, foi realizada a reversão no montante de

R\$13.193 em 2015. Em 2014 as despesas operacionais referentes a benefícios de empregados foi de R\$12.438.

17. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Provisão para participação nos resultados	-	61.252	-	63.793
Provisão de férias	27.491	33.267	27.608	33.314
INSS de empregados	5.806	5.829	5.806	5.829
FGTS a pagar	2.332	2.306	2.332	2.306
Provisão para remuneração baseada em ações	-	6.672	-	6.672
Outros	1.472	1.627	1.590	1.633
	37.101	110.953	37.336	113.547

18. TRIBUTOS A RECOLHER

O saldo de tributos a recolher encontra-se detalhado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ICMS a recolher	7.498	20.927	7.498	20.927
REFIS – Recuperação fiscal – tributos parcelados	14.798	13.311	14.798	13.311
IRRF sobre juros	13.260	-	13.260	-
ISS retido	4.003	4.713	4.003	4.713
INSS de terceiros a recolher	3.264	4.585	3.264	4.585
IRRF a recolher	4.957	6.120	5.081	6.207
DIFAL de ICMS a recolher	954	2.432	954	2.432
CFEM a recolher	14.152	5.412	14.152	5.412
COFINS retido	2.377	1.493	2.377	1.493
TFRM a recolher	-	2.166	-	2.166
Outros	1.484	1.134	1.479	1.134
	66.747	62.293	66.866	62.380

19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para as contingências em montante avaliado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis. As provisões e depósitos

relacionados ao rompimento da barragem de Fundão estão descritos na Nota 3.

Em 2015, as provisões para obrigações presentes estão apresentadas líquidas dos correspondentes depósitos judiciais no montante de R\$69.878 (R\$65.382 em 2014). O saldo de depósitos judiciais sem provisões relacionadas está registrado no ativo no montante de R\$1.402.178 (R\$706.287 em 2014) e sua composição encontra-se detalhada abaixo:

		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
Depósitos judiciais tributários	(a.1)	1.087.117	692.001
Depósitos judiciais cíveis	(a.1)	312.111	9.583
Depósitos judiciais trabalhistas		2.928	4.682
Depósitos judiciais ambientais		22	21
		1.402.178	706.287

(a.1) Em 11 de dezembro de 2015, a Samarco realizou um depósito judicial compulsório no montante de R\$501.978 relativo ao processo tributário da CFEM. Adicionalmente, em atendimento a medida cautelar cível, decorrente do rompimento da barragem, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a Companhia realizou outro depósito judicial no montante de R\$302.858 (Nota 3).

A movimentação para as obrigações presentes da Companhia é como segue:

	Controladora e Consolidado				
	2014	Adições	Reversões	Encargos	2015
Ações tributárias	91.071	1.156	(5.190)	118	87.155
(-) Depósitos judiciais tributários	(60.831)	-	-	(3.410)	(64.241)
Ações cíveis	77.572	1.043	(363)	12.916	91.168
Ações trabalhistas	23.326	8.924	(3.638)	2.353	30.965
(-) Depósitos judiciais trabalhistas	(4.551)	(1.413)	327	-	(5.637)
Ações ambientais	91	45	(1)	20	155
	126.678	9.755	(8.865)	11.997	139.565

A composição das provisões ocorre conforme o quadro a seguir:

		2015			2014		
		Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
ECE - ES	(a.1)	35.009	(35.009)	-	33.147	(33.147)	-
ECE - MG	(a.1)	29.232	(29.232)	-	27.684	(27.684)	-
ICMS – Multa – Muniz Freire - ES	(a.2)	9.062	-	9.062	13.691	-	13.691
Honorários advocatícios	(a.3)	10.943	-	10.943	13.757	-	13.757
Outros		2.909	-	2.909	2.792	-	2.792
Ações Tributárias		87.155	(64.241)	22.914	91.071	(60.831)	30.240
Ações cíveis	(a.4)	91.168	-	91.168	77.572	-	77.572
Ações trabalhistas		30.965	(5.637)	25.328	23.326	(4.551)	18.775
Ações ambientais		155	-	155	91	-	91
		209.443	(69.878)	139.565	192.060	(65.382)	126.678

(a) Provisões reconhecidas pela Companhia para litígios:

Nota	Descrição	Posição	2015	2014
(a.1)	Ação judicial visando à declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da exigência dos encargos e aquisição de energia elétrica emergencial, em virtude de vícios técnicos quando da instituição dessas exações.	O processo relativo ao Espírito Santo aguarda decisão em 2ª instância judicial e o relativo a Minas Gerais aguarda decisão em 3ª instância judicial.	64.241	60.831
(a.2)	Autuações referentes à cobrança de ICMS nas operações de transferência de energia elétrica da PCH Muniz Freire, de sua propriedade, para consumo em seu estabelecimento industrial de Ponta Ubu, Anchieta, ES, bem como de multa por falta de emissão de nota fiscal em tais operações.	Processo julgado favorável a Samarco. Aguardando admissibilidade do Recurso da Fazenda.	9.062	13.691
(a.3)	Provisão relacionada a honorários advocatícios referentes a processos que estejam classificados como perda remota.	-	10.943	13.757
Outros	Processos relativos à antiga Usina Hidrelétrica Guilman-Amorim, extinta por cisão e posterior incorporação, referentes a, compensação de Prejuízos Fiscais, PIS, COFINS.	Existência de processos no aguardo de decisão de recurso administrativo e de decisões judiciais de 1ª e 2ª instância.	2.909	2.792
(a.4)	Provisão constituída para cobrir as perdas potenciais com processos cíveis relacionados a indenizações a terceiros e em processos de intermediação de transferência de créditos de ICMS.	Processos em esfera judicial, em diversas fases processuais.	91.168	77.572
Trabalhistas	Processos trabalhistas relacionados, sobretudo, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos nas esferas administrativa e judicial, em diversas fases processuais.	30.965	23.326
Ambientais	Auto de infração 1284/10, exarado pelo DNPM, pelo suposto descumprimento do inc. V do artigo 54 do Regulamento do Código de Mineração.	Aguarda análise da Defesa Administrativa apresentada.	155	91
			209.443	192.060

(b) Contingências possíveis:

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não

constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

Descrição	Posição	2015	2014
Autos de infração referentes à suposta falta de recolhimento da "CSLL" nos anos-calendários de 2008, 2009 e 2010.	O processo relativo ao período de 2008 obteve decisão favorável em 2ª instância administrativa e interposto recurso pela Fazenda. Processo relativo ao período de 2009 e 2010 com recurso da Companhia. Recursos julgados, aguardando redação dos acórdãos.	2.472.611	2.250.376
Autos de infração, relativos aos anos de 2000 a 2003, 2007, 2008, 2009 e 2010, por suposta apuração incorreta do IRPJ em virtude da aplicação da alíquota de 18% sobre o lucro oriundo da exportação de minerais em detrimento de alíquota geral de 15% com aplicação do adicional de 10%.	O processo relativo ao período de 2007 e 2008 obteve decisão favorável em 2ª instância administrativa. Recurso julgado, aguardando redação dos acórdãos. Processo relativo ao período de 2000 a 2003, encerrado na esfera administrativa aguardando intimação da decisão. Demais processos, relativos ao período de 2009 e 2010, recurso julgado e aguardando redação do acórdão.	1.859.773	1.844.826
Autos de infração lavrados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) por alegado recolhimento a menor da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e, paralelamente, ação judicial ajuizada pela Prefeitura Municipal de Mariana, tendo como fundamentação legal os mesmos argumentos defendidos pelo DNPM em suas autuações.	1 processo encerrado com sentença favorável à Samarco, 3 processos judiciais aguardando decisão em 1ª instância e 1 processo aguardando decisão de recurso administrativo.	945.809	886.766
Execuções fiscais relativas à tempestividade e aos respectivos valores dos recolhidos a título de PIS apurados em base semestral nos períodos de setembro de 1989 a agosto de 1994.	1 processo aguardando decisão em 1ª instância judicial e 1 processo aguardando decisão em 2ª instância judicial.	21.182	20.548
Autos de infração relativos à exigência de contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos feitos aos seus segurados empregados a título de Participação nos Lucros e Resultados e Prêmio "Campo de Ideias", entre outros assuntos, tais como (i) contribuições sociais supostamente devidas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, incidentes sobre os pagamentos referidos; (ii) multa por deixar de arrecadar contribuições sociais; e (iii) multa por falta de informações nas GFIPs.	Aguardando decisão de recurso administrativo. Os processos com períodos até 2008 e não alcançados pela decadência foram inseridos no REFIS.	23.418	12.923

CONTINUA »

CONTINUAÇÃO »

Descrição	Posição	2015	2014
Glosa de compensação do saldo negativo de IRPJ e CSLL da extinta Usina Hidrelétrica Guilman-Amorim (observação do limite de 30% legalmente previsto).	Aguardando decisão administrativa. Processo inserido no REFIS	7.681	7.124
Glosa de compensação de créditos de PIS e COFINS do período de abril de 2006 a dezembro de 2007 e 2008 a 2010 com débitos de IRPJ de estimativa mensal apurada no mesmo período, entregando as PER/DCOMP's individualizadas por trimestre e origem de créditos (créditos de PIS e COFINS).	Processos aguardando decisão em recurso administrativa.	145.930	133.394
Discute a constitucionalidade e a legalidade da taxa instituída pelo Governo de Minas Gerais para fiscalização das atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento dos Recursos Minerais (TFRM). Referido processo fez parte da adesão ao Regime Especial REGIME ESPECIAL/E-PTA Nº:45.000005700-79, onde ficou consignado, entre outras obrigações, o recolhimento da TFRM, com a consequente desistência da ação e conversão em renda de parte do depósito judicial.	Processo encerrado. Houve a conversão de parte do depósito judicial em renda e restituição do saldo remanescente em favor da Samarco ocorrida em 2014.	-	-
Autuações referentes à cobrança de ICMS nas operações de transferência de energia elétrica da PCH Muniz Freire, de sua propriedade, para consumo em seu estabelecimento industrial de Ponta Ubu, Anchieta, ES, bem como de multa por falta de emissão de nota fiscal em tais operações.	3 processos judiciais com recursos da Samarco julgados procedentes. Aguardando admissibilidade dos Recursos da Fazenda. 1 processo judicial encerrado com decisão favorável a Samarco.	50.082	64.356
Autos de infração do Estado de Minas Gerais relativos ao ICMS incidente sobre as aquisições de insumos, sob alegação de que os Atos Concessórios da Receita Federal do Brasil relativos ao regime aduaneiro de "drawback" contemplam, exclusivamente, o estabelecimento da SAMARCO localizado no mesmo Estado (Espírito Santo), de forma que as operações de importação realizadas pelo estabelecimento mineiro deixariam de estar albergadas pela suspensão do ICMS.	Estes processos foram pagos com reduções previstas na legislação mineira. Aguardando remessa ao arquivo.	-	-
Execução fiscal e auto de infração emitido pela Prefeitura Municipal de Anchieta em que critica a área onde a planta industrial da Samarco está localizada em Ubu, que está sujeito ao imposto, também exigindo o imposto sobre a área para a qual o ITR é pago.	1 processo aguarda a decisão do tribunal judicial 1 e 1 processo aguarda a decisão administrativa.	77.790	66.371

CONTINUA »

CONTINUAÇÃO »

Descrição	Posição	2015	2014
Discussão judicial a respeito da legalidade da cobrança do ICMS sobre o direito de usar as linhas de transmissão de energia elétrica.	Processo encerrado. Houve a restituição do saldo do depósito judicial para a Samarco.	-	170.302
Processos Cíveis relacionados, sobretudo a indenizações a terceiros. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desses litígios é possível.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	64.064	56.638
Processos trabalhistas relacionados, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	56.344	40.335
Processos envolvendo riscos ambientais referentes aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no que se referem a autuações pelos órgãos de fiscalização.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	62.893	55.453
Outros	-	100.106	92.807
		5.887.683	5.702.219

As contingências relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão foram descritas na Nota 3(h).

20. PROVISÕES DIVERSAS

		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
Provisão energia elétrica	(a)	25.181	42.091
Provisão direitos minerários	(b)	-	70.208
Provisão compra de minério		-	413
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(c)	1.949.964	-
Total circulante		1.975.145	112.712

		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	(d)	384.839	350.718
Provisão direitos minerários	(b)	112.222	-
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(c)	8.054.838	-
Provisão remuneração baseada em ações		-	12.063
Outras provisões			4.262
Total não circulante		8.551.899	367.043

(a) Aquisição de energia para utilização no processo produtivo, não faturada pelas concessionárias no período.

(b) A Companhia paga à acionista Vale pela cessão de direitos minerários sobre os recursos geológicos de minério de ferro. Esses valores são calculados pela razão de 4% sobre os dividendos pagos (Nota 11).

(c) Provisão referentes ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme descrito na Nota 3.

(d) A movimentação de provisão com obrigação para desmobilização de ativos está representada conforme tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Provisão no início do exercício	350.718	135.669
Acréscimo de provisão	36.651	202.322
Revisões estimadas nos fluxos de caixa	(2.530)	12.727
Provisão no final do exercício	384.839	350.718

Em 2014, a Companhia realizou a revisão do plano conceitual de fechamento das unidades operacionais com o objetivo de diagnosticar a situação ambiental das áreas de exploração mineral, subsidiar a avaliação de impactos e riscos ambientais no fechamento, estabelecer medidas para a redução de eventuais riscos advindos de potenciais fontes de contaminação, estabilização de possíveis passivos ambientais e estimar os custos de fechamento conforme a fase do plano. A política da Companhia é de revisão desse plano a cada três anos; entretanto, devido ao rompimento da

barragem de rejeitos de Fundão, a Administração, com a assessoria de consultores externos, revisou o plano de fechamento das unidades operacionais em dezembro de 2015.

A provisão par desmobilização de ativos foi baseada em informações atuais incluindo a tecnologia disponível e preços correntes. A provisão constituída foi descontada a valor presente utilizando como taxa de desconto 11,4% ao ano, esta baseada nos parâmetros adotados pela Companhia para avaliações econômico-financeiras.

21. OUTROS PASSIVOS

Os outros passivos estão representados como segue:

		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Circulante					
Adiantamento de clientes no exterior		-	97.344	-	97.344
Comissões a pagar no exterior a partes relacionadas	(a)	44.099	28.993	-	-
Demurrage a pagar	(b)	9.813	17.144	10.012	17.144
Valores a pagar (materiais/serviços)	(c)	1.108	31.849	1.108	31.849
Consórcio UHE Guilman-Amorim (Nota 2)		2.947	2.704	2.947	2.704
Outros		6.734	10.547	7.276	11.213
Total circulante		64.701	188.581	21.343	160.254
Não circulante					
REFIS – Recuperação fiscal – tributos parcelados	(d)	176.345	171.932	176.345	171.932
Lucro não realizado nos estoques	(e)	98.777	-	-	-
Outros		533	551	533	551
Total não circulante		275.655	172.483	176.878	172.483

(a) Refere-se à comissão de agenciamento efetuada pela controlada Samarco Europe referente à intermediação de vendas de minério de ferro.

(b) Valor devido pela Samarco referente ao tempo adicional utilizado no carregamento ou na descarga do produto no porto.

(c) Valores referentes a materiais e bens adquiridos cujo registro fiscal não foi realizado, pois a respectiva nota não havia sido emitida pelo fornecedor. Os bens e materiais, já estão contabilizados em estoque e custo.

(d) Em 20 de dezembro de 2013 a Samarco aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS IV, conforme Lei nº 12.865/13. A primeira parcela foi paga no momento da adesão. O montante total parcelado foi de R\$180.789, com pagamento em 180 parcelas. O montante de R\$176.345 refere-se a 143 parcelas de longo prazo, atualizados pela SELIC. As parcelas de curto prazo estão apresentadas em Tributos a Recolher, conforme demonstrado na Nota 18.

(e) O valor refere-se aos lucros não realizados nos estoques da Samarco Finance relativos a pelotas de minério de ferro adquiridas junto a Samarco.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$297.025, dividido em ações conforme abaixo:

	Quantidade de ações	% do capital total
BHP Billiton Brasil Ltda.	2.621.653	50
Vale S.A.	2.621.653	50
	5.243.306	100

22.2 Dividendos

Os dividendos estão demonstrados como segue:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Lucro líquido (prejuízo) do exercício (disponível para distribuição)	(5.836.517)	2.805.548
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	701.387
Dividendos adicionais propostos	-	2.104.161
Total de dividendos propostos	-	2.805.548
Percentual sobre a base de cálculo	-	100%

Em Assembléia Geral Ordinária ocorrida em 28 de abril de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais relacionados ao exercício de 2014 no montante de R\$2.104.161 e dividendos obrigatórios de R\$701.387.

Em 18 de dezembro de 2015, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão (Nota 3), foi proferida decisão judicial que dentre outras determinações impediu a Companhia de efetuar distribuição de dividendos pendentes a partir de 5 de novembro de 2015. Dessa forma,

conforme deliberado em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de dezembro de 2015 os dividendos declarados na AGO acima e ainda não pagos foram reclassificados para o longo prazo.

Conforme Estatuto Social da Companhia os dividendos obrigatórios são de 25% do lucro líquido nos termos da lei 6.404/76.

A movimentação de dividendos pode ser assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Dividendos a pagar no início do exercício	1.619.936	682.850
Dividendos adicionais propostos	2.104.161	2.048.547
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	701.387
Dividendos pagos	(918.549)	(1.812.848)
Dividendos a pagar no final do exercício	2.805.548	1.619.936

22.3 Reservas de lucros

Conforme previsto no artigo 189 da Lei 6.404/76, a as reservas de lucros foram transferidas para a conta de prejuízos acumulados com a finalidade de

absorver parte do prejuízo do exercício gerado no ano de 2015.

22.4 Resultados abrangentes

		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
Estoques		146.613	67.752
Imobilizado		10.307.803	3.874.492
Intangível		48.383	17.403
Custo		631.142	225.087
Capacidade ociosa		-	633
Varição cambial		(7.703.814)	(2.562.641)
Outros		161.989	(6.294)
Ajustes acumulados de conversão	(a)	3.592.116	1.616.432
Remensuração de benefício pós-emprego		(2.913)	(1.312)
Remensuração de benefício pós-emprego	(b)	(2.913)	(1.312)
		3.589.203	1.615.120

(a) Referem-se às variações cambiais resultantes da conversão do balanço patrimonial e do resultado do exercício da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras, Real.

(b) Referem-se aos ganhos e perdas atuariais de evolução do passivo, alterações de hipóteses, rendimentos sobre os ativos do plano e mudança no superávit irre recuperável (Nota 16).

23. RECEITAS

A Companhia atua no mercado de mineração provendo suas receitas mediante a comercialização de pelotas de minério de ferro: PDR - Pelota para redução direta e PBF - Pelota para alto-forno. O excedente da produção de concentrado de minério de ferro é comercializado como finos (pellet feed).

Em 2015, a Companhia realizou vendas somente para o mercado externo, comercializando seus

produtos e subprodutos com países das Américas, Ásia, África e Europa. Além das receitas de produtos e subprodutos, a Companhia obteve, em 2015, receitas com excedentes de energia elétrica e receitas com serviços logísticos no porto de sua propriedade, tais como aluguel de lanchas e rebocadores, disponibilização de áreas e vendas de minério de ferro não aglomerado, as quais estão demonstradas na linha denominada "outros produtos e serviços".

		Controladora e Consolidado	
		2015	2014
Pelotas - País		-	-
Pelotas - Exterior		6.294.881	6.960.308
Finos - Exterior		134.398	199.970
Energia elétrica		168.781	405.205
Outros produtos e serviços		40.041	35.852
Total da receita bruta		6.638.101	7.601.335
Impostos sobre vendas		(20.687)	(42.062)
Frete sobre vendas		(135.906)	(22.409)
Receita líquida		6.481.508	7.536.864

24. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

Os custos dos produtos vendidos estão representados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Insumos	(986.975)	(1.137.790)
Energia elétrica	(345.712)	(309.891)
Materiais	(266.281)	(285.473)
Serviços contratados	(331.455)	(422.648)
Despesas com pessoal	(287.315)	(327.008)
Depreciação e amortização	(387.303)	(331.125)
Conversão de moeda	(406.055)	(118.765)
Venda de energia elétrica	(71.003)	(58.745)
CFEM	(75.597)	(47.557)
TFRM	(23.332)	(22.483)
Capacidade ociosa	(a) (169.104)	-
Provisão para reforço instalações da barragem	(b) (171.613)	-
Outros	(81.437)	(106.571)
Custos dos produtos vendidos	(3.603.182)	(3.168.056)

(a) Após o rompimento da Barragem de Fundão, as operações do complexo de Mariana foram suspensas, conforme descrito na Nota 1. Consequentemente, as operações da unidade de Ubu, ES, também foram afetadas. Dessa forma, os custos fixos de ambas as unidades da Samarco, incorridos após o rompimento da barragem de Fundão até 31 de dezembro de 2015, foram alocados diretamente ao custo, na rubrica "capacidade ociosa".

Parte do saldo registrado na rubrica "capacidade ociosa", no valor de R\$25.902, refere-se aos serviços de terceiros destinados para a manutenção e reparação das instalações da Samarco afetadas pelo rompimento da barragem.

(b) Provisão referente ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme descrito na Nota 3 (i).

25. DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas com vendas				
Serviços contratados	(36.930)	(44.463)	(36.930)	(44.463)
Despesas com pessoal	(27.093)	(24.832)	(27.093)	(24.832)
Depreciação e amortização	(23.301)	(20.198)	(23.439)	(20.404)
Materiais auxiliares	(11.875)	(12.635)	(11.875)	(12.635)
Comissões sobre vendas	(27.462)	(28.566)	-	-
Despesas de embarque	(12.314)	(35.143)	(12.314)	(35.143)
Provisão (reversão) para perda de créditos de liquidação duvidosa	(27.896)	(4.699)	(27.881)	(4.631)
Despesas comerciais das controladas	-	-	(17.594)	(18.348)
Despesas gerais	(16.641)	(12.471)	(16.641)	(12.471)
Total	(183.512)	(183.007)	(173.767)	(172.927)
Despesas gerais e administrativas				
Serviços contratados	(13.590)	(13.629)	(13.590)	(13.629)
Despesas com pessoal	(39.776)	(43.439)	(39.776)	(43.439)
Depreciação e amortização	(1.134)	(1.086)	(1.134)	(1.086)
Materiais auxiliares	(72)	(140)	(72)	(140)
Despesas gerais	(3.802)	(6.100)	(3.802)	(6.100)
Total	(58.374)	(64.394)	(58.374)	(64.394)

26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

O saldo de outras despesas operacionais, líquidas, encontra-se detalhado abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Tributárias		(22.347)	(23.793)	(22.347)	(23.793)
Provisão para perdas sobre ICMS – ES		(252.548)	(247.148)	(252.548)	(247.148)
Provisões para contingências (Nota 19)		(11.935)	33.201	(11.935)	33.201
Investimentos e projetos sociais		(29.837)	(22.894)	(29.837)	(22.894)
Participações dos empregados	(a)	(22.969)	(95.846)	(22.595)	(98.667)
Provisão para remuneração baseada em ações (Nota 16)		13.193	(12.438)	13.193	(12.438)
Gastos com pesquisas (Nota 13)		(107.156)	(104.570)	(107.156)	(104.570)
Direitos minerários (Nota 11)		(78.756)	(115.408)	(78.756)	(115.408)
Honorários advocatícios e periciais		(4.209)	(6.629)	(4.209)	(6.629)
Ajuste de estoque (almoxarifado)		(6.126)	(6.814)	(6.126)	(6.814)
Alienação de imobilizado		(1.358)	(14.182)	(1.358)	(14.182)
Provisão para baixa de imobilizado	(b)	(216.817)	-	(216.817)	-
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	(9.833.189)	-	(9.833.189)	-
Despesas com recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	(144.350)	-	(144.350)	-
Outras, líquidas		(142.858)	(79.967)	(140.142)	(70.377)
Total		(10.861.262)	(696.488)	(10.858.172)	(689.719)

(a) A Companhia, baseada na política de remuneração variável, aprovada pelo Conselho de Administração, concede Participação nos Lucros e Resultados aos seus empregados, a qual está vinculada a metas, objeto da avaliação dos resultados, bem como ao alcance de objetivos específicos, estabelecidos e acordados no início de cada ano.

(b) Perda do ativo imobilizado, provisões e despesas referentes ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme descrito na Nota 3.

27. RESULTADO FINANCEIRO

O detalhamento do resultado financeiro (controladora e consolidado) está representado como segue:

Receita financeira		2015	2014
Rendimento sobre depósitos judiciais	(a)	71.030	148.043
Rendimentos de precatórios recebidos		-	24.430
Rendimentos com aplicações financeiras		12.218	3.635
Descontos obtidos		13	105
Outras receitas financeiras		4.286	9.869
Receitas financeiras - consolidado		87.547	186.082
Receitas registradas das controladas		(134)	(110)
Receitas financeiras – controladora		87.413	185.972

Despesas financeiras		2015	2014
Juros moratórios e fiscais	(b)	(35.831)	(62.575)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos		(589.949)	(289.076)
Juros sobre contingências	(a)	(7.053)	(45.288)
Despesas financeiras sobre contrato de câmbio		-	-
Comissões e juros bancários		(26.297)	(27.763)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(c)	(36.454)	-
Outras despesas financeiras		(42.674)	(17.072)
Despesas financeiras - consolidado		(738.258)	(441.774)
Despesas registradas das controladas		22	46
Despesas financeiras controladora		(738.236)	(441.728)

(a) Refere-se a atualização dos depósitos judiciais e das provisões para contingências referentes aos processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais.

(b) Refere-se a juros moratórios e fiscais sobre ICMS – Minas Gerais, REFIS, TFRM e outros.

(c) Refere-se a tributação das receitas financeiras pelo PIS e COFINS conforme alterações normativas instituídos pelo Decreto nº 8.451.

O saldo de variação cambial está representado como segue:

Variações cambiais	2015	2014
Caixa	(964)	8.029
Clientes	(5.434)	69
Tributos a recuperar	(907.395)	(239.709)
Depósitos judiciais	(338.877)	(99.142)
Fornecedores	44.350	8.627
Salários, provisões e contribuições sociais	17.157	7.664
Tributos a recolher	9.522	(843)
Dividendos	2.040.739	388.851
Contingência	13.651	4.144
Imposto de renda diferido	135.947	30.511
Outras	121.996	53.188
Variações cambiais, líquidas – consolidado	1.130.692	161.389
Variações cambiais, líquidas – registradas das controladas	270	274
Variações cambiais, líquidas – controladora	1.130.962	161.663

28. IMPOSTO DE RENDA

A Companhia está sujeita à tributação do imposto de renda pela alíquota de 18% sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas e 25% sobre a parcela não incentivada.

28.1 Imposto de renda a pagar

A seguir, apresentamos a movimentação de imposto de renda a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo do início do exercício	-	-	68	-
Provisões do período	-	439.537	(728)	440.409
Pagamentos	-	(216.448)	(710)	(217.252)
Compensação com créditos de PIS e COFINS	-	(193.908)	-	(193.908)
Compensação do imposto a recuperar (antecipação)	-	27.880	-	27.880
Compensação do saldo negativo de declaração de anos anteriores	-	(45.373)	-	(45.373)
Imposto de renda a pagar anos anteriores	6.571	-	6.571	-
Ajuste IRPJ anos anteriores	-	(11.688)	-	(11.688)
Saldo do final do exercício	6.571	-	6.657	68

28.2 Imposto de renda diferido

A Companhia possui imposto de renda diferido registrado no ativo não circulante constituído sobre provisões temporariamente não dedutíveis pelas alíquotas de 18% e 25%, de acordo com a aplicação de cada provisão como ajuste do lucro decorrente de exportações incentivadas ou ajuste do lucro real, respectivamente.

28.3 Imposto de renda diferido sobre os itens não monetários

As demonstrações financeiras foram convertidas da moeda funcional Dólar norte-americano (US\$) para o Real (R\$), que é a moeda de apresentação, enquanto a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda Real (R\$). Dessa forma, a flutuação na taxa pode ter um efeito significativo no valor das despesas de imposto de renda, principalmente sobre os ativos não monetários.

Imposto de renda diferido, líquido:

	Nota	2015			2014		
Valores constituídos pela alíquota de:		25%	18%	Total	25%	18%	Total
Provisão para perdas sobre ICMS – ES e MG	8	376.220	-	376.220	313.083	-	313.083
Provisão para retificações de preço	6	31.166	-	31.166	92.185	-	92.185
Provisão para baixa de ativo Imobilizado	12	54.204	-	54.204	277	-	277
Provisão para participação nos resultados	17	-	-	-	15.313	-	15.313
Provisão para ações cíveis	19	22.534	-	22.534	19.393	-	19.393
Provisão para ações tributárias	19	18.518	956	19.474	21.468	936	22.404
Provisão para direitos minerários	20	28.055	-	28.055	17.552	-	17.552
Provisão recuperação socioambiental e socioeconômica	20	2.501.201	-	2.501.201	-	-	-
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	20	27.984	-	27.984	19.454	-	19.454
Provisão para lucros não realizados	21	24.694	-	24.694	-	-	-
Prejuízo fiscal		572.511	-	572.511	-	-	-
Outras		31.244	31	31.275	25.796	30	25.826
Total ativo consolidado		3.688.331	987	3.689.318	524.521	966	525.487
Conversão – diferença de moeda funcional		-	(1.891.139)	(1.891.139)	-	(714.276)	(714.276)
Depreciação fiscal		-	(385.441)	(385.441)	-	(287.765)	(287.765)
Receita financeira sobre depósito judiciais		(39.291)	-	(39.291)	(35.947)	-	(35.947)
Remensuração da obrigação de benefício pós-emprego		-	(292)	(292)	-	(241)	(241)
Total passivo consolidado		(39.291)	(2.276.872)	(2.316.163)	(35.947)	(1.002.282)	(1.038.229)
Total líquido consolidado		3.649.040	(2.275.885)	1.373.155	488.574	(1.001.316)	(512.742)
Provisões registradas nas controladas		(131)	-	(131)	(29)	-	(29)
Total líquido controladora		3.648.909	(2.275.885)	1.373.024	488.545	(1.001.316)	(512.771)

A expectativa de realização do imposto de renda diferido encontra-se detalhada abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 8 anos	De 8 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total 2015
Provisão para perdas sobre ICMS - ES e MG	-	-	-	-	-	376.220	376.220
Provisão de retificação de preços	31.166	-	-	-	-	-	31.166
Provisão para baixa de ativo imobilizado	54.204	-	-	-	-	-	54.204
Provisão para ações cíveis	-	22.534	-	-	-	-	22.534
Provisão para ações tributários	-	-	-	19.443	-	31	19.474
Provisão para ações trabalhistas	613	6.027	940	117	-	-	7.697
Provisão para ações ambientais	-	39	-	-	-	-	39
Provisão para direitos minerários	28.055	-	-	-	-	-	28.055
Provisão recuperação socioambiental e socioeconômica	487.491	862.306	570.055	407.052	112.649	61.648	2.501.201
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	-	-	-	-	-	27.984	27.984
Provisão para lucros não realizado	24.694	-	-	-	-	-	24.694
Prejuízo fiscal	-	-	572.511	-	-	-	572.511
Conversão - diferença de moeda funcional	-	-	-	-	-	(1.891.139)	(1.891.139)
Depreciação fiscal	-	-	-	(385.441)	-	-	(385.441)
Outros	(16.044)	-	-	-	-	-	(16.044)
Total consolidado	610.179	890.906	1.143.506	41.171	112.649	(1.425.256)	1.373.155
Provisões nas controladas	(131)	-	-	-	-	-	(131)
Total controladora	610.048	890.906	1.143.506	41.171	112.649	(1.425.256)	1.373.024

28.4 Imposto de renda no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(7.734.013)	3.346.593	(7.732.006)	3.347.465
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(10.670)	(15.767)	-	-
Lucros auferidos no exterior	12.362	8.611	12.362	8.611
Multas fiscais não dedutíveis	605	8.973	605	8.973
Doações não dedutíveis	13.816	10.729	13.816	10.729
Diferenças de alíquota 18% para 25%	373.994	-	373.994	-
Outras adições (exclusões)	68.900	33.293	56.224	17.526
Diferença de moeda funcional – art.62 da Lei 12.973/2014	(4.600.531)	(1.167.176)	(4.600.531)	(1.167.176)
Remensuração da obrigação de benefício pós-emprego	-	(1.312)	-	(1.312)
Lucro decorrente de exportações incentivadas	-	(2.116.300)	-	(2.116.300)
Base de cálculo	(11.875.537)	107.644	(11.875.536)	108.516
Alíquota nominal	25%	25%	25%	25%
Imposto de renda apurado	(2.968.884)	26.911	(2.968.884)	27.129
Imposto decorrente de exportação incentivada 18%	-	380.934	-	380.934
Incentivo fiscal (PAT)	-	(9.557)	-	(9.557)
Imposto de renda diferido depreciação fiscal	(93.534)	(114.170)	(93.534)	(114.170)
Imposto de renda das empresas do exterior	-	-	2.007	872
Outros ajustes	(11.701)	11.687	(11.701)	11.469
Ajuste imposto de renda diferido	(240)	-	(240)	-
Imposto de renda diferido de conversão	1.176.863	245.240	1.176.863	245.240
Imposto de renda no resultado	(1.897.496)	541.045	(1.895.489)	541.917

A seguir, apresentamos a composição da receita (despesa) de imposto de renda segregado entre corrente e diferido:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de renda corrente	11.701	(439.537)	10.973	(440.409)
Prejuízo fiscal	572.511	-	572.511	-
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	2.490.147	143.732	2.488.868	143.732
Imposto de renda diferido sobre itens não monetários	(1.176.863)	(245.240)	(1.176.863)	(245.240)
Despesas de imposto de renda diferido e corrente	1.897.496	(541.045)	1.895.489	(541.917)

28.5 Lei 12.973/14

A Companhia adotou antecipadamente os efeitos da Lei no 12.973/14 para o ano calendário de 2014. A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

29. COMPROMISSOS (commitments)

A Companhia possui contratos de longo prazo para o fornecimento de matéria-prima, serviços e compras de imobilizado, conforme mostra a tabela a seguir:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 2015
Gastos de capital para ampliação e renovação de imobilizado	148.779	-	-	-	-	148.779
Serviços e outros	466.523	260.995	117.684	26.158	936	872.296
Aquisição de minério de ferro	131.456	271.446	271.282	575.274	609.650	1.859.108
Fornecimento de energia e matéria-prima	600.006	628.973	399.759	332.521	804.146	2.765.405
Custos de fretamento e logística	21.525	-	-	-	-	21.525
	1.368.289	1.161.414	788.725	933.953	1.414.732	5.667.113

Os commitments demonstram os compromissos que a Samarco possui que são as obrigações contratuais de longo prazo com os fornecedores para renovação e ampliação de ativo fixo, bem como para a prestação de serviços diversos objetivando a manutenção das unidades fabris e administrativas, aquisição de minério de ferro junto a terceiros, fornecimento de energia e insumos, assim como custos de fretamento com embarques.

Devido ao rompimento da barragem de Fundão, a Companhia realizou algumas ações em relação aos seus commitments conforme descrito na Nota 3.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**30.1 Gestão de risco financeiro**

A Companhia possui instrumentos financeiros inerentes às suas operações, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em caixa restrito, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Em caso de contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é realizada mediante análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.) e das políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia, aprovadas por seu Comitê de Finanças e Estratégia.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco.

30.2 Instrumentos financeiros por categoria

A classificação dos instrumentos financeiros da Companhia está representada conforme abaixo:

Classificação	
Ativos	
Caixas e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Aplicações financeiras em caixa restrito	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis
Passivos	
Fornecedores	Passivos mensurados pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivos mensurados pelo custo amortizado

Os ativos financeiros são representados por:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixas e equivalentes de caixa	1.799.138	2.090.026	1.822.801	2.117.649
Aplicações financeiras em caixa restrito	82.785	-	82.811	20
	1.881.923	2.090.026	1.905.612	2.117.669

- Caixas e equivalentes de caixa

Bancos - Disponibilidades em contas correntes no Brasil e exterior.

Fundo fixo flutuante – Recursos de pequena monta, não remunerados, em moeda Dólar norte-americanos, a serem disponibilizados sob a forma de adiantamentos para viagens internacionais de empregados.

Aplicações financeiras disponíveis - Recursos financeiros aplicados em produtos bancários conservadores e de alta liquidez: Fundos de Investimento.

- Caixa restrito mantido para utilização em virtude de processo judicial e está associado ao rompimento da barragem de Fundão conforme descrito na Nota 3(a).

- (b) Contas a receber

Recursos a serem recebidos pela Companhia, cujo saldo contábil representa o valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber	362.384	644.192	190.657	637.264

Os passivos financeiros são representados por empréstimos e financiamentos. Referem-se de operações de captação de recursos destinadas a dar suporte às operações rotineiras e também aos investimentos da Companhia.

A distribuição geográfica por região dos empréstimos e financiamentos da Companhia está representada conforme tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Brasil	1,08%	1,47%
Estados Unidos da América	85,32%	84,69%
Japão	13,60%	13,84%

30.3 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de preço, risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio) e risco de liquidez, conforme segue:

(a) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia subordina-se às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia realiza anualmente análises de crédito de seus clientes, objetivando mitigar riscos de não recebimento das vendas em aberto e aquelas a serem realizadas. A condição de pagamento de clientes também é avaliada na análise de crédito. Atualmente, a Companhia disponibiliza aos seus clientes as seguintes condições de pagamento: carta de crédito e cobrança à vista ou a prazo com crédito em conta corrente.

A receita bruta de vendas foi de R\$6.638.101 em 2015 (R\$7.601.335 em 2014), enquanto as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa constituídas em 2015 foram de R\$33.130 (R\$5.249 em 2014), no Consolidado. Do total das contas a receber em aberto 13,71% estão garantidas por meio de cartas de crédito.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de primeira linha, avaliadas como de baixo risco por agências de rating.

A exposição ao risco de crédito dos recebíveis, por distribuição geográfica, oferece baixo risco individualmente pela forma pulverizada entre as regiões, conforme tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Oriente Médio / África	21%	23%
China	31%	17%
Ásia (exceto China)	15%	22%
Europa	19%	21%
Américas	14%	17%

(b) Risco de mercado

(i) Risco de preço

O preço das pelotas de minério de ferro, principal produto da Companhia, é estabelecido por meio de negociações periódicas (principalmente trimestrais e mensais) com os seus clientes. O nível de preços negociado sofre impacto direto da demanda e oferta mundiais de minério de ferro.

(ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem impactos inesperados em função da oscilação das taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos financeiros, bem como da inflação. A maior parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2015 é estabelecida em Dólares norte-americanos, sendo R\$8.524.012 relacionados a taxas fixas e R\$6.383.367 (R\$5.791.296 e R\$5.611.283 em 2014, respectivamente) a taxas flutuantes correspondentes majoritariamente à variação da LIBOR acrescida de "spread" contratual. A Companhia não possui proteção para a variação da LIBOR, em conformidade com suas diretrizes internas e de seus acionistas. O risco de taxa de juros decorre também de pequena parcela da dívida referenciada ao IGP-DI e de aplicações financeiras referenciadas a Selic.

(iii) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras (moedas

diferentes da moeda funcional) utilizadas pela Companhia para aquisição de insumos e/ou serviços nacionais, pagamento de tributos, dividendos e outros. A Companhia possui os seguintes ativos e passivos, em Reais, que podem exercer influência, sobre o resultado da mesma, pela variação da taxa de câmbio:

(a) Exposição do ativo	Consolidado	
	2015	2014
Ativo circulante		
Caixas e equivalentes de caixa	817	7.382
Aplicações financeiras em caixa restrito	82.811	20
Contas a receber no País	6.519	3.332
Tributos a recuperar	249.664	232.473
Despesas antecipadas	12.282	9.995
Outros ativos	133.071	59.262
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	1.402.178	706.287
Tributos a recuperar	49.222	53.477
Imposto de renda diferido	1.373.155	-
Outros ativos	35.475	36.952
	3.345.194	1.109.180

(b) Exposição do passivo	Consolidado	
	2015	2014
Passivo circulante		
Fornecedores	(110.623)	(337.517)
Empréstimos, financiamentos e encargos	(25.713)	(14.768)
Salários e contribuições sociais	(37.336)	(113.547)
Tributos a recolher	(66.866)	(62.380)
Provisão para imposto de renda	(6.657)	(68)
Dividendos	-	(1.619.936)
Provisões diversas	(1.975.145)	(112.712)
Outros passivos	(11.331)	(143.110)
Passivo não circulante		
Empréstimos, financiamentos e encargos	(139.808)	(158.296)
Provisões para contingências	(139.565)	(126.678)
Imposto de renda diferido	-	(512.742)
Dividendos	(2.805.548)	-
Provisões diversas	(8.551.899)	(367.043)
Outros passivos	(176.878)	(172.483)
	(14.047.369)	(3.741.280)

(c) Exposição não registrada no balanço:

	2015	2014		2015	2014
Ações tributárias			Ações cíveis		
Expectativa de perda remota	(2.178.659)	(2.024.065)	Expectativa de perda remota	(3.287)	(13.601)
Expectativa de perda possível	(5.704.382)	(5.549.793)	Expectativa de perda possível	(64.064)	(56.638)
Ações trabalhistas			Ações ambientais		
Expectativa de perda remota	(7.564)	(8.614)	Expectativa de perda remota	(54)	(45)
Expectativa de perda possível	(56.344)	(40.335)	Expectativa de perda possível	(62.893)	(55.453)

Resumo da exposição de taxa de câmbio	2015	2014
Exposição registrada no balanço (a + b)	(10.702.175)	(2.632.100)
Exposição não registrada no balanço (c)	(8.077.247)	(7.748.544)
Exposição líquida total	(18.779.422)	(10.380.644)

A Companhia não realiza operações financeiras de proteção aos seus ativos e passivos em Reais, em conformidade com suas diretrizes internas. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data da elaboração das demonstrações financeiras, sendo US\$1,00 equivalente a R\$3,9042 em 31 de dezembro de 2015 e US\$1,00 equivalente a R\$2,6556 em 31 de dezembro de 2014.

uma delas, os aportes a que a Samarco esteja obrigada nos termos do referido acordo, caso a Companhia não tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações.

Os valores contábeis dos fluxos de caixa dos passivos financeiros são:

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações nos prazos devidos.

A Administração da Companhia entende que pode enfrentar desafios em sua gestão de risco de liquidez em decorrência da suspensão de suas operações produtivas após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Nota 3).

Para mitigar os riscos de liquidez, a Companhia estuda alternativas para obtenção de linhas de crédito de curto e médio prazo, de forma a aumentar a liquidez e viabilizar o cumprimento de suas obrigações financeiras diárias. Entretanto, conforme TTAC, a Vale e a BHP terão obrigação de realizar, na proporção de 50% para cada

	Consolidado		
		2015	
	Valor	Até 12 meses	1 – 10 anos
Fornecedores	116.197	116.197	
Empréstimos e financiamentos	15.070.162	328.243	14.741.919
Encargos financeiros a pagar	109.128	108.388	740

O valor dos fluxos de caixa não descontados contratados está demonstrado assim:

Passivos financeiros	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2015		2016	2017	2018	2019-2024
			0 - 6 meses	6 - 12 meses				
Fornecedores	116.197	116.197	115.021	1.176	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	15.070.162	15.070.162	162.215	166.028	324.315	4.259.519	511.488	9.646.597
Encargos financeiros	109.128	109.128	108.388	-	-	740	-	-
Total	15.295.487	15.295.487	385.624	165.977	324.718	4.261.083	511.488	9.646.597

30.4 Garantias bancárias

Conforme demonstrado no quadro abaixo, a Companhia possui operações de fiança bancária emitidas por prazo indeterminado para garantia de suspensão de exigibilidade dos processos de execução fiscal no montante total, atualizado em 31 de dezembro de 2015, de R\$1.852.771. O montante total originalmente contratado é de R\$1.146.433.

Banco	Valor contratado	Valor atualizado	Indexador	Prazo
Bradesco	607.850	860.299	Selic	Indeterminado
Bradesco	53.978	74.056	VRTE	Indeterminado
Votorantim	100.947	328.056	Selic	Indeterminado
Itaú	279.743	473.197	Selic	Indeterminado
Itaú	63.971	72.176	IPCA-E	Indeterminado
Itaú	13.319	-	-	Determinado
Citibank	371	-	-	Determinado
Safra	26.254	44.987	INPC	Indeterminado
Total	1.146.433	1.852.771	-	-

A Companhia também possui fianças emitidas com prazos determinados para garantir pagamentos de compra de energia elétrica e o fiel cumprimento de obrigações exigidas em contratos de uso do sistema de transmissão, no montante total, atualizado em 31 de dezembro de 2015, de R\$13.690, cujo valor não é sujeito à indexação.

A Administração da Companhia não espera nenhuma perda com essas garantias.

30.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a liquidez, gerenciando

o custo do capital de forma a minimizá-lo, e, ao mesmo tempo, oferecer retorno sustentável e adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração monitora constantemente seu nível de endividamento, alinhado à sua política de dividendos, que, por sua vez, segue as diretrizes dos acionistas.

A Companhia e as suas controladas monitoram e gerenciam permanentemente os níveis de alavancagem financeira de acordo com os padrões de

mercado, sua estratégia e o cumprimento de índices financeiros previstos em contratos de empréstimos e financiamentos na forma de financial covenants (Net Debt/EBITDA).

O Net Debt/EBITDA é um índice que corresponde à dívida líquida em comparação com a geração de caixa da Companhia, medida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Em 2015, a estratégia da Companhia foi alterar junto às instituições financeiras o limite do Net Debt/EBITDA de 3:1 para 4:1 em todos os seus contratos financeiros. Em 31 de dezembro de 2015, este índice atingiu 3,05:1 (Nota 15).

Adicionalmente, demonstramos o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, como a dívida líquida:

	2015	2014
Total dos empréstimos e financiamentos	15.179.290	11.648.170
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em caixa restrito	(1.905.612)	(2.117.669)
Dívida líquida	13.273.678	9.530.501
Total do patrimônio líquido	(1.653.264)	4.313.331
Total do capital	11.620.414	13.843.832
Índice de alavancagem financeira	114%	69%

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

30.6 Hierarquia de valor justo

A Companhia considera "valor justo" como o preço que seria obtido na venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data da mensuração (preço de saída). A Companhia utiliza os dados de mercado ou de premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo premissas acerca de riscos e os riscos inerentes aos inputs utilizados na técnica de avaliação. A Companhia aplica principalmente a abordagem de mercado para recorrer à mensuração do valor justo e se esforça para utilizar a melhor informação disponível. Consequentemente, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de inputs observáveis e minimiza o uso de inputs não observáveis. A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo com base nos inputs observáveis. A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os inputs utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são os seguintes:

- Nível 1 . Mercado ativo: preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretores, ou por associações de mercado por entidades que visam ter preços divulgados por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2 . Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento atual que é substancialmente o mesmo, uma análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isenta de outros interesses e motivada por considerações comerciais.
- Nível 3. Sem mercado ativo: instrumentos de capital próprio - Valor justo de investimentos em ações/participações acionárias ou patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em

um mercado ativo e derivativos que estão ligados a eles e que devem ser liquidados mediante a entrega de ações/participações não negociadas.

	Saldo em 2015	Hierarquia de valor justo		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras em caixa e equivalentes de caixa	1.820.657	-	1.820.657	-

30.7 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em caixa restrito, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão vinculados à variação da Libor para financiamentos de longo prazo, do IGP-DI para operações no país, e da Selic para aplicações financeiras.

Com a finalidade de identificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras, ao qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções de mercado e na taxa de juros oficial (Selic), válida na referida data, a Companhia julgou razoável considerar a taxa de 11,65% a.a. de Selic para efeito de análise de sensibilidade; taxa esta que foi definida como cenário provável I. A partir da taxa estabelecida para o cenário provável foram elaborados mais dois cenários, II e III, com variação negativa de 25% e 50% respectivamente.

	Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras disponíveis no país	Selic	11,65% a.a.	8,74% a.a.	5,83% a.a.
Rendimentos em 31 de dezembro de 2015	-	71	69	66
Aplicações financeiras disponíveis no exterior	Fed Funds	0,50% a.a.	0,38% a.a.	0,25% a.a.
Rendimentos em 31 de dezembro de 2015	-	32	31	31

A simulação para verificação da sensibilidade definida abrangeu o período dos 12 meses anteriores (valores correspondentes aos rendimentos obtidos no período considerando as taxas utilizadas nos cenários avaliados, vigentes em 31 de dezembro de 2015).

Com o intuito de identificar a sensibilidade do indexador, nas dívidas de natureza de longo prazo, ao

qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes, de forma a abranger o período dos 12 meses seguintes. Com base no índice acumulado de IGP-DI e na taxa Libor válida para 12 meses, vigentes em 31 de dezembro de 2015, a Companhia definiu um cenário provável e outros dois cenários adicionais, a partir do primeiro - cenários II e III, com elevação de 25% e 50%, respectivamente.

	Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos no exterior	Libor	0,8462% a.a.	1,0577% a.a.	1,2692% a.a.
Juros em 31 de dezembro de 2015		54.913	68.641	82.370
Empréstimos e financiamentos no país	IGP-DI	10,61% a.a.	13,27% a.a.	15,92% a.a.
Juros em 31 de dezembro de 2015		1.258	1.572	1.886

Valores correspondentes aos indexadores, sobre o valor total da dívida em dólar, que é indexada à taxa de juros variável da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, com repagamento apenas no final do período (efeito de simulação).

De forma a identificar a sensibilidade de variações decorrentes de moeda estrangeira às quais a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes, sendo que os cenários II e III contemplam redução da taxa cambial de 25% e 50%, respectivamente, a partir do primeiro, denominado cenário provável I.

Passivo financeiro	Exposição (R\$)	Cenário provável I (US\$)	Cenário II (US\$)	Cenário III (US\$)
Taxa cambial - (Risco - R\$/US\$)	-	3,9042	2,9282	1,9521
Total ativo	3.345.194	856.819	1.142.406	1.713.639
Total passivo	(14.047.369)	(3.598.015)	(4.797.271)	(7.196.029)
Exposição líquida em Reais registrada no balanço	(10.702.175)	(2.741.195)	(3.654.865)	(5.482.391)

31. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes.

31.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo				
Grau de Investimento (<i>Investment Grade</i>)	1.799.138	2.090.026	1.822.801	2.117.649
Abaixo de Grau de Investimento (<i>Non-Investment Grade</i>)	-	-	-	-
	1.799.138	2.090.026	1.822.801	2.117.649

Foram incluídas nessa categoria contas correntes e aplicações financeiras em bancos.

31.2 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contrapartes com Classificação Externa de Crédito (S&P)				
Grau de Investimento (<i>Investment Grade</i>)	124.264	283.813	124.290	283.812
Abaixo de Grau de Investimento (<i>Non-Investment Grade</i>)	126.697	302.450	126.696	294.901
Contrapartes sem Classificação Externa de Crédito (S&P)				
Grupo 1 – clientes com até 5 anos de relacionamento	21.188	122.577	19.931	122.071
Grupo 2 – clientes com mais de 5 anos sem histórico de inadimplência	37.238	226.291	40.000	227.412
Grupo 3 – clientes com mais de 5 anos com baixo histórico de inadimplência	31.017	79.681	31.017	79.723
Grupo 4 – clientes no país e que não são de minério de ferro	6.519	3.332	6.519	3.332
Transferência de estoque entre empresas do mesmo grupo econômico	173.237	-	-	-
	520.160	1.018.144	348.453	1.011.251

32. COBERTURA DE SEGUROS

A fim de mitigar os riscos e considerando a natureza de suas operações, a Companhia contrata diversas modalidades de apólices de seguro. As apólices estão em linha com a política de gestão de riscos e são semelhantes às apólices contratadas por outras empresas na mesma linha de negócios da Samarco. As coberturas dessas apólices incluem: risco operacional de danos materiais e lucros cessantes, transporte nacional, transporte internacional, seguro de vida e de acidentes pessoais, frota de veículos, seguro de responsabilidade civil, riscos de engenharia, crédito de exportação, garantia e outros.

O seguro de Responsabilidade Civil teve vigência até 12 de novembro de 2015. Sua cobertura foi renovada até 10 de fevereiro de 2017 eliminando-se a cobertura de (i) poluição súbita conforme normativa da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e (ii) coberturas para as barragens, decorrentes do sinistro ocorrido e que estão em processo de recuperação de suas estruturas.

O seguro de riscos operacionais é contratado em moeda estrangeira (US\$) e está em vigor até 31 de março de 2016. Os ativos cobertos correspondia a US\$6.599.646 (R\$25.766.336) em 31 de dezembro de 2015 (R\$17.160.642 em 2014) e o valor máximo em risco declarado para interrupção de negócios foi de US\$1.172.387 (R\$4.577.235) no ano (R\$1.859.340 em

2014). A Companhia ainda está em negociação com o mercado no que diz respeito ao seguro patrimonial.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES**a) Termo de Transação e Ajustamento de Conduta**

Entre o encerramento do exercício – 31 de dezembro de 2015 – e a data de autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações, a Samarco, em conjunto com seus acionistas BHP Billiton Brasil Ltda. e Vale S.A., firmou o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (“TTAC”), em 02 de março de 2016, conforme Nota 3.

b) Processo administrativo _ CSLL

Em 05 de abril de 2016, houve decisão desfavorável em última instância administrativa, nos processos que discutem a cobrança de CSLL (períodos de 2007 e 2008). O Acórdão referente a esta decisão definitiva administrativa ainda será publicado. A Companhia submeterá a discussão ao Judiciário.

Houve também reconhecimento de repercussão geral relativa à tese da CSLL, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão deste leading case poderá influenciar o resultado final da discussão existente no âmbito dos processos da Samarco, relacionados a esta tese.

Em 31 de dezembro de 2015 tal item é classificado como contingência possível, conforme Nota 19.

SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS EFETIVOS

Bryan Quinn
Flávio Bulcão
Silmar Silva
Stephen Potter

SUPLENTES

Juan Merlini
Leonardo Eyer Harris
Sérgio Consoli Fernandes
Pieter Le Roux

DIRETORIA

Roberto Lúcio Nunes de Carvalho
Diretor-presidente (interino)
Diretor Comercial

Eduardo Bahia Martins Costa
Diretor Financeiro e de Suprimentos

Leonardo Sarlo Wilken
Diretor de Estratégia e Planejamento

Maury de Souza Júnior
Diretor de Projetos e Ecoeficiência
Diretor de Operações e Infraestrutura (interino)

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Lucas Brandão Filho
Contador - CRC-MG 046442/O - T ES

SAMARCO 